

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A
CIRCULAR
EM INVÓLUCRO
FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



TAXA PAGA
PORTUGAL
PORTALEGRE

JUSTIÇA & DEMOCRACIA

Nº. 05

OUT.'06/JAN. 2007

Director: Bruno Gorção

Directores adjuntos: Susana Duarte e Luís Miguel Martins



TRANSPARENCIA

VOTA LISTA A

CONFIANÇA

VOTA LISTA A

PROXIMIDADE

VOTA LISTA A

DESTAQUES

EDITORIAL

24
Maria João Martins Ramos25
Albertina Pereira

Impressão: 3000 exemplares • Tiragem: 3000 exemplares • Conceção gráfica: Ingraphol, S.A. • Propriedade: "Movimento Justiça & Democracia, C.R.L.", com sede em: Av. Álvares Cabral nº 215, 2710 Linhó, Sintra • Director: Bruno Gorjão • Directores Adjuntos: Susana Duarte e Luís Miguel Martins • Colaboraram neste número: Acácio André Proença; Adelino César Vasques Dinis; Agostinho Soares Torres; Albertina Pereira; Cristina Xavier; Edgar Taborda Lopes; Isabel Pais Martins; João Ricardo Carreira; José Eusébio Santos Soeiro de Almeida; José Igreja Matos; José Manuel C. Borges Soeiro; José Manuel Duro Mateus Cardoso; José Manuel Tomé de Carvalho; José Mouraz Lopes; Maria João Martins Ramos; Manuel José Aguiar Pereira; Nuno Coelho; Paulo Faria; Raúl Esteves; Rui Folhais • Depósito Legal: 171365/01.

FICHA TÉCNICA

A GRANDE EXPECTATIVA ...



Sai este número do "Justiça e Democracia" num momento em que os Juizes se preparam para votar e assim escolherem, entre duas listas, os seus futuros representantes no Conselho Superior da Magistratura.

Como é público, o Movimento Justiça e Democracia, desde logo apoiou, com entusiasmo, a candidatura do Senhor Conselheiro Vasques Dinis.

Tempos depois do anúncio desta candidatura, surgiu a do Senhor Conselheiro Ferreira Girão.

Temos assim, pela quarta vez consecutiva, duas listas candidatas, o que se regista com agrado, pois mais não significa que os Juizes deixaram de viver conformados com listas únicas e estão despertados para a discussão de ideias e projectos que irremediavelmente afectarão a sua vivência profissional e mesmo familiar.

Ambas as listas já divulgaram os seus programas e os seus candidatos, sendo fácil fazer a opção e exercer o direito de voto de forma livre e esclarecida.

É fundamental que todos os Juizes votem no dia 1 de Março, seja nesse mesmo dia, presencialmente, seja nos dias anteriores por correspondência, revelando a sua maturidade e consciência quanto ao que está em causa.

Seria fácil, mas deselegante face à candidatura do Senhor Conselheiro Ferreira Girão, enumerar as razões pelas quais se entende constituir o voto na candidatura do Senhor Conselheiro Vasques Dinis um sinal inequívoco de mudança na postura dos Juizes portugueses.

Optou o Senhor Conselheiro Vasques Dinis, no seu programa, por dar ênfase à necessidade de "abrir" o Conselho Superior da Magistratura de molde a tornar transparentes e inequívocas as suas práticas, revelando assim, o que no seu entender, e no entender dos seus candidatos, constituiria uma mudança significativa de procedimentos e contribuiria decisivamente para o reforço do prestígio e dignidade dos Juizes.

O que se espera do Conselho Superior da Magistratura, é uma actuação, em todas as circunstâncias, de elevado respeito pelos Juizes, permitindo o exercício dos seus direitos e a defesa intransigente do seu estatuto de titular de órgão de soberania, preservando a sua independência, mesmo perante esse mesmo órgão.

As instruções ou recomendações genéricas

quanto à forma como os Juizes devem orientar os seus processos, ou à prioridade que lhes devem dar, constituem uma prática, que não se coaduna de forma alguma com o que se espera do Conselho Superior da Magistratura.

A limitação anual do número de acções de formação que os Juizes podem acompanhar também não parece ser uma prática reveladora de qualquer respeito pelos Juizes, tendo o alcance imediato de permitir que se faça um juízo bastante negativo sobre a ideia que o Conselho Superior da Magistratura tem dos seus Juizes, vendo-os como um bando de crianças sempre ávidos de frequentar uma nova acção de formação.

O que se espera então dos novos vogais do Conselho Superior da Magistratura?

Que substituam a Associação Sindical dos Juizes Portugueses e se revelem uns excelentes sindicalistas?

Parece que não. Pelo nosso lado apenas pedimos que sejam aquilo que são: Juizes!

E já que falei na A.S.J.P., penso ser devido um reconhecimento público pela forma brilhante e discreta como obtiveram o desbloqueamento dos salários dos nossos mais jovens colegas, permitindo assim que recebam o vencimento a que tinham direito, e que insistentemente este Governo tinha decidido negar.

Mas voltando ao Conselho Superior da Magistratura, os nossos futuros vogais, sejam de uma ou de outra lista, todos eles, sem excepção, são pessoas que já deram mostras da sua validade e revelaram, mesmo em ocasiões anteriores, o que pensam sobre a problemática do judiciário.

Distingo, contudo, projectos divergentes, concepções díspares de alcançar os objectivos que acabam por ser consensuais no seio da classe.

Trata-se, uma vez mais, de decidir sobre comportamentos, formas de estar e de alcançar o patamar de uma verdadeira independência para o Poder Judicial.

Estou seguro que os Juizes ao votarem irão ponderar, e também estou seguro que aqueles que vencerem irão fazer o melhor, cada um com o seu estilo de actuação, é certo, mas com os mesmos objectivos quanto à defesa dessa mesma independência.

Estou tranquilo.

Raul Esteves



Direcção:

Presidente: Raúl Eduardo Nunes Esteves
Vice-Presidente: José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho
Tesoureiro: Artur Manuel da Silva Oliveira
Vogais: - Maria Margarida Machado de Almeida Fernandes
 - Narciso Magalhães Rodrigues
 - Rosa Maria Colchete de Vasconcelos
 - Rui Miguel de Castro Ferreira Teixeira

NÃO DESISTIR

Desencanto, baixar os braços, desviar os olhos e continuar em frente, são atitudes que, com frequência, nos assaltam nos últimos anos.

E às vezes apetece mesmo.

No “Comunicar Justiça” de Janeiro de 2004, em texto que subscrevi, assinali que o CSM pode e deve ser o “pólo de desenvolvimento da política judicial, marcando a **agenda** da reforma da Justiça, no sentido de que é essencial saber programar atempadamente, abarcando todas as vertentes legais, de reforma administrativa e de garantia de existência de meios logísticos, logrando a construção de um sistema equilibrado, que articule com eficácia as competências dos Conselhos do Governo e da Assembleia da República.

É pelo CSM que tem de passar a exigência de racionalização da actividade jurisdicional, que garanta a esta maior qualidade e eficácia”.

O CSM tem pois capacidade de mudar. Tem capacidade de promover a mudança (resta saber quem está em melhores condições para o fazer e para o promover).

O CSM tem de ter sensibilidade para as dificuldades vividas pelos juizes nos Tribunais.

O Conselho Superior da Magistratura é um órgão com inúmeras competências que, exercidas, podem fazer dele, mais do que um simples espectador, ou um actor secundário, um protagonista, ou mesmo um autor respeitado.

Mas para isso é necessário haver vontade. E vontade não apenas declarada, mas vontade posta em acção.

Discursos há muitos. Programas também. O que falta é concretizá-los.

Desculpas para não fazer são muitas (e têm sido fáceis). E desculpas com fundamento sério (a falta de uma Lei Orgânica com um mínimo de estrutura é-o de facto). Mas há muito que podia ter sido feito e não o foi.

O CSM não pode ser um órgão atávico e que olhe apenas para o seu umbigo esperando que as coisas aconteçam. E que lhe caiam do céu meios, loas ou reconhecimentos.

Com o que já existe a capacidade de

actuação é limitada, mas existe, seja o nível interno, seja ao nível externo: é uma questão de perspectiva e de sensibilidade.

A nível **interno** a forma de o CSM se fazer melhor respeitar passa por permitir que a sua actividade esteja menos escondida e seja melhor conhecida (dentro do estrito e rigoroso respeito pelas matérias que exigem sigilo). Passa por permitir que a agenda das suas reuniões de Plenário e Permanente sejam divulgadas. Passa por permitir que as suas deliberações sejam do domínio público. Passa por promover a divulgação de todas as decisões em matéria disciplinar de forma a criar a segurança de um caldo de cultura, estável e que deixe perceber linhas de orientação.

A nível **externo**, o CSM necessita de visibilidade, de boa visibilidade, de capacidade de comunicar com a sociedade e isso poderia passar pela tomada de posição corajosa na defesa das posições que se tenham como justas. Sem receio de assumir divergências. Sem medo de evitar falsos consensos. E poderia ainda passar pela organização de iniciativas, encontros, colóquios sobre as matérias que afectam o sistema de justiça.

Tenho consciência que este é um discurso que facilmente pode ser adoptado por muitos, mas convém que as palavras correspondam à prática.

O que peço a quem neste momento me lê é que faça um pequeno e objectivo exercício.

Ao longo de muitos anos muitas têm sido as críticas feitas aos sucessivos Conselhos. Quase sempre repetidas e correntes.

Ao longo dos anos muitas vêm sendo as desilusões.

Ao longo dos anos de entre os vogais eleitos pelos juizes a maioria foi sempre eleita com os mesmos apoios.

Creio que basta olhar para o passado e tirar ilações, agora que se aproxima uma nova escolha.

Há três anos entrei com outros colegas num projecto para procurar alterar o estado das coisas no CSM. Com o Cons. Barros Caldeira, conseguiu-se um resul-



tado na altura excelente (três vogais em sete eleitos), mas que não permitiu fazer a viragem (como a memória de vários incidentes comprova).

Cumprido o mandato, algumas coisas melhoraram, algumas coisas foram feitas, mas esse projecto continua por cumprir: a relação com os juizes podia ser bem melhor, a relação com a sociedade fica muito aquém do que devia.

Durante estes quase três anos procurei manter a coerência em função de tornar o CSM não apenas um espaço de criação de condições para o exercício Digno da Judicatura, um espaço de **proximidade e confiança** para os juizes (e não de desconfiança), mas também um espaço que quebre as suspeições dos *media* para com a justiça e seus actores, protegendo os juizes da exposição, garantindo-lhes o espaço de serenidade possível, mas fornecendo informação rigorosa e sem entraves para além do cumprimento das regras legais (o famoso, sempre falado e prometido gabinete de imprensa ou de comunicação se não existe ainda - mesmo que numa fase embrionária atendendo aos escassos meios disponíveis não foi por falta de impulso ou de tentativas de aguns).

No já referido “Comunicar Justiça” de Janeiro de 2004, assumi aqui o compromisso de tentar por em prática uma postura, um discurso e um Programa.

Assumi um compromisso na mudança e referi que seria um bom sinal que passados três anos todos pudessem constatar a.

Passado esse tempo, em tudo o que fiz (acórdãos, propostas de deliberação, declarações de voto, votos de vencido, intervenções, contactos para resolver

questões, participação e colaboração em projectos legislativos, disponibilidade e empenho), procurei *praticar* essa mudança: poderia ter feito melhor, por certo, mas tenho a consciência tranquila e a noção de que algum contributo terei dado para melhorar globalmente o funcionamento e a imagem do CSM.

Não é frequente a existência de recandidaturas por parte de vogais em exercício e até por isso as hesitações foram muitas (muito tempo fora dos Tribunais não é positivo, correndo-se o risco, com o afastamento, de perder a sensibili-

dade para as dificuldades diárias vividas no terreno).

Decisiva acabou por ser a perspectiva de, com a experiência entretanto adquirida e numa altura em que se avizinha a possibilidade de o CSM passar a dispor de mais meios, poder contribuir, numa lista liderada por uma personalidade prestigiada, tranquila e culta como o Conselheiro Vasques Dinis, para que finalmente na escolha entre a continuidade e a mudança, a opção seja por esta última.

Não será propriamente uma dicotomia entre bons e maus, mas há uma opção

a fazer.

É tempo de mudar e de não baixar os braços.

É possível trabalhar de outra maneira.

É possível fazer diferente.

É possível fazer melhor.

Edgar Taborda Lopes

Juiz de Direito



REFLEXÕES. É TEMPO DE MUDANÇA

Num momento como este em que as propostas de reflexão e de mudança surgem de diversos quadrantes e são fonte de divulgação diária, existem dois referenciais estáveis que, independentemente da consagração da autonomia financeira e administrativa, é preciso salvaguardar e promover de forma qualitativamente melhorada: a garantia da independência dos tribunais e a eficácia da actuação do sistema de justiça.

Desde a sua criação, o Conselho Superior da Magistratura tem intervindo essencialmente em matérias de organização interna, designadamente ao nível da nomeação, colocação, transferência, promoção e no exercício da acção disciplinar em relação aos juizes, sendo a incapacidade de desenvolvimento da sua vocação de pilar estrutural da boa administração da justiça justificada com a ausência de autonomia administrativa e financeira.

Sendo o cidadão o pólo legitimador de toda a actividade judicial, há um conjunto de medidas e tomadas de posição concretas tendentes a garantir a reaproximação do cidadão ao sistema de administração da justiça.

Em função disso, o Conselho Superior da Magistratura deve actuar no contexto de uma gestão activa, responsável e interveniente que no plano externo dê resposta às expectativas dos cidadãos e que no plano interno acentue a vertente democrática em detrimento da componente burocrática e sublinhe mais a res-

ponsabilidade do que a autoridade.

No primeiro plano, a estratégia de actuação passa por uma política de crescente diálogo e de abertura com os demais poderes constituídos do Estado e pela afirmação de um novo modelo de relacionamento com a comunicação social e com o público em geral.

Daí a urgência em dotar o Conselho Superior da Magistratura de um serviço vocacionado para a prestação de esclarecimentos públicos e, ao mesmo passo, para combater a ideia do divórcio entre a vida real e o mundo judicial. É imperioso o estabelecimento de uma nova dinâmica de relacionamento com a comunicação social, que passa pela contratação de profissionais habilitados para promover a divulgação de ideias, a difusão de notícias e a defesa da imagem do juiz.

Na verdade, a mediatização da justiça é um bem, enquanto apela à sua visibilidade e transparência. No entanto, cada vez mais e com uma frequência maior, esta faceta tem conduzido a grandes disfunções e perversões que minimizam a função do magistrado judicial e promovem a caricatura da acção da justiça.

É assim importante, rectius urgente e inadiável, que a comunicação social exerça a sua importante função através de canais próprios e com códigos específicos no capítulo da linguagem e dos rituais de comunicação, aspectos esses que escapam à maioria dos juizes e que seriam facilmente ultrapassados com a implementação de um Gabinete de Imagem e de Comunicação.



A modernização da administração da realidade judiciária passa também pela requalificação de critérios para uma mais rigorosa escolha dos futuros magistrados, transformando o Centro de Estudos Judiciários numa verdadeira Escola de Educação para o Exercício de Funções Soberanas e é exigível que, sem embargo da manutenção da autonomia actualmente consagrada, haja da parte do Conselho Superior da Magistratura um acompanhamento mais próximo do recrutamento e formação de magistrados judiciais.

A nível paralelo, a gestão global e responsabilizante de todo o sistema de justiça deve combater os estrangulamentos sistémicos que afectam a eficiência da resposta aos conflitos cuja apreciação lhe é submetida e impõe a criação de mecanismos de correcção automática de eventuais atrasos no andamento dos processos.

Não podemos continuar a assistir ao progressivo aumento do número dos processos pendentes em juízo sem que se adoptem medidas eficazes para a resolução tempestiva dos litígios. Tais medidas não passam pelo aumento do número de efectivos, medida que só contribui para a degradação da papel dos juizes no contexto social e para o respectivo apagamento no seio dos poderes públicos com o inerente fomento do sentimento de funcionalização do seu estatuto profissional.

Para além disso, em nome da transparência e da certificação da qualidade, é necessário repensar o regime de promoções e de acesso aos tribunais superiores através de concursos públicos e da colocação especializada, mas sempre sob a iniciativa e a égide do Conselho Superior da Magistratura, a fim de evitar tentações externas de imposição de modelos de carreira plana ou de fixação arbitrária de quotas que servem interesses distintos dos da boa administração da justiça.

Tal como consta do programa da candidatura, no domínio das inspecções o sistema judicial tem de se adaptar aos novos tempos, consagrando de modo mais evidente a separação entre as inspecções sobre o mérito e a acção disciplinar, promovendo uma maior uniformização e objectividade dos critérios de avaliação e optando pela criação de inspectorias específicas para os tribunais de competência especializada.

Noutro ponto de melindre para os magistrados judiciais, com ressalva do óbvio sigilo, na responsabilidade de iniciativa disciplinar serão accionados em toda a sua plenitude os direitos de aceder, de ser informado e participar de forma mais activa nesse tipo de procedimentos e a transparência terá uma relevância basilar na protecção dos direitos fundamentais dos magistrados judiciais. Transparência essa que será estendida a múltiplas outras áreas de actuação e passa pela divulgação dos passos principais dados pela estrutura organizativa de gestão.

Noutro prisma, a necessidade de criação de uma relação mais saudável entre a classe política e o poder judicial poderá potenciar que este órgão de gestão seja parceiro no eixo estratégico de mudança e possa através da sua influência contribuir para a dignificação das carreiras e garantia de condições de exer-

cício, para a simplificação de procedimentos, para a difusão dos mecanismos arbitrais e soluções alternativas afins, para a melhoria das condições de informatização dos tribunais, para a criação de assessores judiciais em tribunais de todos os graus e para a introdução de novos mecanismos na relação funcional do magistrado com os funcionários judiciais.

Tudo isto se justifica como forma de prosseguir um caminho de progresso na senda do aumento de qualidade global da administração da justiça.

Não será tarefa fácil. Tem a seu favor o vento da necessidade.

No entanto, para além da reforma institucional e estrutural acima referenciada, a mudança de atitude é outro domínio que permitirá valorizar a actuação do Conselho Superior da Magistratura.

O Conselho Superior da Magistratura deve ser uma plataforma proactiva de gestão e isso pressupõe uma maior proximidade dos vogais aos tribunais que se encontram na sua área de influência, a fim de criar automatismos que permitam em tempo útil solucionar os problemas surgidos a nível local e regional.

E esta atitude permite maximizar o empenhamento global de todos os juizes num esforço convergente que atenua os factores da crise, promover uma maior compreensão de todos relativamente ao funcionamento deste órgão e solucionar de forma eficaz no terreno problemas que afectam juizes ou a própria imagem da justiça.

Efectivamente, existem aspectos organizativos, aparentemente menores, mas muito relevantes, que contribuem decisivamente para a optimização e monitorização do sistema de justiça e a gestão participada é neste caso sinónimo de reforço das exigências de cooperação e de co-responsabilização dos juizes no processo de reforma.

Uma verdadeira gestão activa, responsável e interveniente que seja depositária dos parâmetros de exigência dos cidadãos e o desenvolvimento de uma atitude de proximidade com todos os magistrados é o meu compromisso.

E esta atitude não só é possível de concretizar, como é recomendável que seja adoptada.

A ser eleito, aqueles que me conhecem sabem que podem contar com a minha entrega, voluntarismo e disponibi-

lidade e os outros com os quais nunca tive contacto com o tempo ficarão cientes que não serei simplesmente um vogal de gabinete, instalado no Largo do Corpo Santo à espera de Godot.

Por uma questão de dignidade e porque pretende honrar os valores para um caminhar inteiro, a lista que integro não irá entrar em luta de bastidores e em querelas internas do poder judicial que apenas desgastam o prestígio dos juizes e o próprio mérito da acção da justiça.

Certos círculos de influência pareceram no passado jogar, por vezes, nesta ambiguidade, prevalecendo-se da natureza dos tribunais para apresentarem reivindicações sócio-profissionais e confundindo essas reivindicações sindicais com a definição da própria política de justiça.

Esse tempo mudou.

Porque de novos tempos se trata, voto claramente no Senhor Juiz Conselheiro Vasques Dinis, não por ser candidato, mas por ser a pessoa indicada para protagonizar a mudança necessária e se apresenta como o único que poderá trazer alguma aragem fresca e liderança descomprometida na gestão do Conselho Superior da Magistratura.

Voto ainda na lista encabeçada pelo Senhor Juiz Conselheiro Vasques Dinis, não por ser candidato mas porque, sem ser maniqueísta e não retirando o mérito aos concorrentes, a equipa que escolheu é homogénea, coesa, coerente e está enformada pelos valores que um juiz deve honrar para um caminhar inteiro e tem suporte para não fazer derivações ideológicas.

Caro leitor, experimente fazer exercícios especulativos relacionados com a distribuição proporcional dos mandatos, repartição essa que, pelo efeito regulador do método de Hondt, tenderá para um equilíbrio de posições e, certamente, concluirá que uma das listas sairá mais enfraquecida do que outra ao ser privada de alguns dos seus elementos ... E esse não é o caso desta lista.

Nada na vida tem uma exclusiva causa, uma única etiologia, uma só solução.

Mas é tempo de mudança e não de regresso ao passado.

Arrisque na mudança. Mais, seja o protagonista da própria mudança.

José Manuel C. Galo Tomé
de Carvalho
Juiz de Direito

PARA UM CAMINHAR INTEIRO

Circunstâncias várias, a mim só devidas, fazem com que seja esta a primeira ocasião em que transformo em letra o desejo de debate, neste veículo que a ele tanto tem servido. Desde o primeiro momento que encontrei no Movimento Justiça e Democracia um exemplo de partilha e ponderação que foi frutificando em tantas acções concretas.

A ocasião permite-me a ousadia de roubar um pouco da vossa atenção, mas queria começar por sublinhar que, se é certo serem as eleições para o Conselho Superior da Magistratura a razão próxima do que escrevo, é o espírito contagiante de tantos e todos os que deitaram mãos a esta obra que me empurra ao acto e me transforma a obrigação em entusiasmo.

As eleições para o CSM têm sido, nos últimos anos, ocasião privilegiada de permuta de sintonias e apartamentos, de acordos e de dissêndios, mas, mais alto que divergência própria de pessoas que entendem que vencer não impõe vencidos, terreno nobre de democracia.

A palavra tem aqui o seu sentido próprio: a grandeza de se poder discordar sem ressentimentos; não é (apenas) um sentido político, jurídico ou sequer magistral; é uma imposição de cidadania.

Tenho tido, nestes últimos anos a que me referia, uma pequenina participação. Fui dando opinião recolhida e apoio sincero a listas que foram nobremente apresentadas a sufrágio. Não terem ganho, quase sempre, não as diminuiu, antes engrandeceu o acto e o propósito. Com sinceridade, penso que reconhecerão o contributo valioso e o acréscimo importante que daí resultou e ninguém olvidará a dedicação que sucessivos vogais eleitos nas listas a que me refiro empenharam nos seus exercícios.

A actuação desses vogais no colectivo dos juizes do CSM que breve cessa funções tem sido, na minha modesta análise mas inequivocamente corroborada, exemplo de um espírito novo, de uma competência concretizada e de uma dedicação constante. Sem diminuir outros, que menos conheço, gostava de simbolizar este apreço e tudo quanto dele, espero, se transforme em aprendizagem nas pessoas dos vogais Edgar Lopes e

António Barateiro. O primeiro continuará, estou certo, a desenvolver o tipo de intervenção a que nos habituou: serena mas profunda, constante e perspicaz. O segundo deixará o cargo e exponência a minha responsabilidade.

Com efeito, coube-me agora ser parte activa na manutenção construtiva do mesmo desiderato: apresento-me a votos. Não propriamente eu, sequer homem do leme à beira do mostrengo: convictamente faço parte de uma lista que tem a sorte e a certeza de ser encabeçada pelo Sr. Conselheiro Vasques Dinis. Fico-me por marinheiro, muito honrado na tarefa, e representarei, assim os dados o digam, a 1.^a Instância do Distrito Judicial de Coimbra. Como candidata suplente, honra-me a Sra. Dra. Isabel Namora, Juíza no Círculo de Aveiro.

O CSM é como todos sabem o órgão que tem como missão primeira a gestão e a disciplina dos Magistrados Judiciais, com tudo o que isso implica e significa.

Entendo, como outros bem o dizem, que implica eficácia e que significa Independência. Sem esta, melhor será que aquela nem suceda; sem eficácia a independência transforma-se num sentido oco que, deixando de servir a cidadania, alimenta a imagem negativa do corporativismo. Porque a independência não é um valor estanque e pressuposto, mas uma realidade que todos os dias se constrói; que se afirma nos pequenos gestos, para que seja presente nos grandes ali-cerces.

Afirmar a independência em cada gesto é ter um sentido preciso do destinatário da Soberania. Implica uma formação primeira e uma outra contínua e, em ambas, o papel e a intervenção do CSM devem ser reforçados.

Não tendo do Centro de Estudos Judiciários qualquer ideia edipiana (tanto mais que com gosto e no melhor que sei o continuo a servir, ainda que apenas a tempo parcial, em acumulação) permito-me pensar que a formação de Magistrados aqui, em especial, na sua vertente de formação permanente ou continuada não é um problema a resolver pela escolha de meios, mas pela opção de filosofia. Dito de outro modo, o mais importante não é



quem a dá, mas quem a exige, quem a perspectiva e quem retira consequências da sua amplitude.

A formação permanente é cada vez mais uma exigência de eficácia e esta, já se disse, uma condição concreta de independência. Daí o papel fulcral do CSM. Mas fulcral, preponderante e essencial na sua filosofia definidora.

A formação permanente, neste sentido, só pode ser equacionada como um dever do CSM. Acentuo esta diferença, que reputo importante: o Conselho não é titular do direito à formação, pois esta, instrumento da eficácia e por isso condição da independência é direito do magistrado, por ser direito para o cidadão, destinatário da Soberania.

Partindo desta concepção, a exigência responsabilizante, que o Conselho sindicará, impõe a prévia concessão dos meios bastantes à efectiva formação enquanto direito do magistrado.

Assim o sendo, mal se compreende que a formação continue a ser feita à custa e aos custos do formando. Que o Juiz tenha de refazer a agenda, redobrar o trabalho e, deslocando-se a seu encargo, ir receber a formação sem qualquer contrapartida que vá além da análise que faz sobre o seu dever de estar presente. E se considera que quatro ou cinco acções de formação lhe seriam fundamentais ou úteis, em determinado ano, já o CSM o advertira que só pode escolher três!

Num tempo em que todos estão consoantes na necessidade da formação, num tempo em que a falta de adequado

enquadramento faz reflectir sobre o Juiz o ónus do que é um seu direito, ainda assim, se alguém busca mais com o seu sacrifício e dedicação, bem se vê o CSM acha tem achado... que três acções de formação é o limite máximo anual!

O que não está correcto, se bem vemos, é a filosofia subjacente. A formação tem que ser vista como um direito de quem a recebe.

Creio que aqui - como em diversos

aspectos já feitos notar por outros candidatos e essencialmente pela Lista, enquanto afirmação programática global podemos fazer mais e tentar fazer melhor.

Passo a passo, é certo; sem promessas electrizantes que fásquem na inteligência que todos, no mínimo, merecemos que nos respeitem.

Não vamos mudar o Mundo, mesmo sabendo que a juventude qualquer que

seja a idade da grande maioria dos Juízes é um sintoma de não termos tal certeza. Porque esse Mundo é agora o nosso, aquele em que o CSM apenas gere, mas em que todos, mesmo todos, somos o número certo dos imprescindíveis.

Queremos Caminhar Inteiro.

José Eusébio S. Soeiro de Almeida

Juiz de Direito

AINDA À ESPERA DA LEI ORGÂNICA

I - Quem quiser encontrar um denominador comum entre o conteúdo dos documentos elaborados na última década pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) relatando a sua actividade pretérita e projectando a sua actividade futura, não terá qualquer dificuldade. Ele está na afirmação de há muito se aguardar a publicação de uma Lei Orgânica do CSM e na esperançosa afirmação de estar ela para breve - lei esta sem a qual, diz-se, pouco poderá o Conselho fazer no cumprimento das suas atribuições, de pouco servindo o pouco que pode.

Quem, de uma assentada, ler estes textos, não poderá deixar de perguntar-se o que leva alguém a assumir um cargo no CSM e a, assim, qual Sísifo, submeter-se ao mais terrível dos castigos. Não tenho essa resposta para lhes dar. Apenas tenho para partilhar um pouco do que penso sobre a actividade do CSM.

II - O CSM tem por desígnio constitucional garantir a *independência dos tribunais*, como órgão de gestão e disciplina da magistratura judicial. Trata-se de um *órgão político* há que o assumir, sem rejeições epidérmicas ou apriorismos: tenha-se presente que, desde logo, as disposições da CRP respeitantes à organização dos tribunais estão inseridas na sua PARTE III (Organização do poder político) -, desempenhando um imprescindível papel na organização da *polis*: fazer a ligação entre o *independente* poder judicial e os demais poderes estaduais.

Sendo aquele o seu desígnio constitucional, o CSM deve constituir a muralha principal na defesa contra a “funcionalização da judicatura”, já que este fenómeno constitui o mais efectivo atentado à independência dos tribunais.

A verdade, porém, é que, por vezes, assim parece não suceder, sobretudo no relacionamento do Conselho com os juízes, titulares de um órgão de soberania, não raramente tratados por aquele órgão de Estado de natureza não jurisdicional como subordinados a quem se dá ordens por meio de circular - não havendo, sequer, amiúde, a preocupação de divulgar a fundamentação da decisão circulada. É disto exemplo, verdadeiramente insólito, diga-se, a Circular do CSM de 7 de Outubro de 2004 que, em face de uma norma estatutária - cfr. o art. 8.º, n.º 1, (domicílio pessoal necessário) hoje, pelo seu “cego” âmbito de aplicação, ostensivamente inconstitucional - cfr. os arts. 44.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, da CRP - e violadora da Declaração Universal dos Direitos Humanos - cfr. o art. 13.º, n.º 1, da DUDH; cfr., ainda, os art. 16.º, n.º 2, e 8.º da CRP -, impõe aos juízes o seu estrito cumprimento.

Também revelador deste relacionamento desadequado é a opacidade da actuação do CSM, de tal modo incorporada na sua actividade que já é tida por natural. É necessário conferir maior transparência a todos os níveis da actuação do CSM, permitindo, por essa via,



conquistar a confiança da população, em geral, e dos juízes, em especial - e isto passa, por exemplo, pela divulgação *online* da sua agenda e de todas as suas actas, deliberações e estudos, respeitando-se, obviamente, os conteúdos de carácter reservado, como, aliás, já sucede com a actividade do Parlamento.

A cedência à “funcionalização da judicatura” tem, ainda, lugar quando a preocupação do CSM com a valorização científica dos magistrados - formação continuada, coerente e consequente - apenas “é revelada” no momento de *limitar* (não apenas fiscalizar) a *frequência das acções oficiais de formação* permanente. Esta preocupação também (não) “é revelada” na adopção de *critérios restritivos de nomeação dos juízes candidatos ao Regime de Equiparação a Bolseiro* - quando se sabe que a judicatura profundamente carenciada de um enriquecimento com mestrados e doutoramentos - e na proliferação de uma inefável “formação circulada” - veja-se a Circular datada de 11 de Maio de 2005, respeitante às prerro-

gativas de inquirição: “chama-se à atenção dos Exmos. Juizes para a necessidade de darem estrito cumprimento às referidas normas”.

No domínio das inspecções judiciais, a aparente desconsideração pelas preocupações dos inspeccionados com uniformidade de critérios e de procedimentos de inspecção e, antes do mais, com a clareza e objectividade na escolha dos inspectores judiciais é outra cedência à “funcionalização”. Por forma a permitir a progressiva *uniformização dos diversos critérios e procedimentos de inspecção*, e por forma a assegurar a transparência e a avaliação informal do sistema de inspecções por parte dos juizes e dos demais cidadãos, há muito que se justifica a *criação de uma base de dados contendo todas as decisões proferidas ou os seus sumários alargados*, de acesso público, através da *internet* - sempre salvaguardando a privacidade e o sigilo que a natureza destes documentos impõe (com ocultação de dados ou referências pessoais), à semelhança do que já é feito com as decisões jurisdicionais. Por outro lado, impõe-se alargar o âmbito das atribuições do Inspector Judicial ao *efectivo* apoio aos juizes, em especial no início da carreira.

Finalmente, cedência à “funcionalização” é o Conselho não fazer acompanhar a sua intervenção pontual nos tribunais, por meio de actos de “gestão corrente”, como a afectação de meios auxiliares a tribunais em crise, de qualquer explicação pública que, caso a caso, permita compreendê-la. A intervenção nestes tribunais - através da bolsa, de auxiliares ou de acumulação de funções - não pode, aliás, continuar a ser feita em função de pedidos pontuais, num desconexo, embora abnegado e generoso, esforço dos vogais para tentarem “apagar todos os fogos”, numa aparente falta visão de conjunto integrada e de *critérios* e *objectivos prefixados e transparentes*.

III - Para integrar um órgão de Estado com a dignidade constitucional e *relevante dimensão política* do CSM, habituaram-se os juizes a escolher pessoas honradas e de reconhecida competência

profissional. É normal que os juizes escolham bons magistrados judiciais e bons seres humanos para o exercício de funções nos órgãos representativos da magistratura. Todos nós gostamos de poder admirar aqueles que nos representam. Assim tem sido, sem excepções, no que concerne aos membros do CSM eleitos pelos juizes.

Mas será isto suficiente? Nos dias que, cada vez mais depressa, correm, podemos continuar a considerar que é condição bastante para esta *escolha política* a competência profissional do eleito? Podemos continuar a confiar a gestão da magistratura judicial apenas à “boa vontade de bons homens”?

Ao longo dos anos, em momentos raros, pudemos perceber que a falta de estruturas organizativas - isto é, antes do mais, a falta de uma Lei Orgânica - não impossibilita a adopção de uma actuação planificada e eficaz, sendo então o CSM respeitado como parceiro na gestão do sistema de justiça. Tome-se como exemplo a aprovação, há já vários anos, das deliberações que permitiram que hoje tenhamos dois estudos científicos sobre o volume de serviço adequado para cada juiz nalguns tribunais judiciais.

Infelizmente, estes exemplos são verdadeiramente excepcionais, já que tem sido apanágio do CSM manter uma actuação casuística e reactiva - pelo que não surpreende, quanto aos ditos estudos, que o Conselho não saiba actualmente o que fazer com eles, como resulta do comunicado de 21 de Dezembro de 2005.

A crescente complexidade das relações políticas institucionais obriga a que o CSM *aprofunde a sua dimensão política*, enquanto órgão de Estado, tornando-se um parceiro cada vez mais influente na discussão e gestão do sistema de justiça. Ora, o Conselho só desempenhará o seu papel no xadrez político se realizar uma gestão mais planificada, moderna, competente e eficaz.

Se estas capacidade de gestão e visão política não estiverem incorporadas na sua actuação, nunca poderá o CSM satisfazer as suas atribuições legais. Os acon-

tecimentos que questionaram e abalaram o mundo da justiça nos últimos anos de-monstram que o tempo da abnegada “gestão de cabotagem” já conheceu os seus derradeiros dias.

IV - Estando no “prelo” uma Lei Orgânica do CSM, justificam-se duas notas finais.

Serve a primeira para sublinhar que essa lei é, sem dúvida, uma formidável “ferramenta de trabalho”... mas apenas é isso: uma mera “ferramenta de trabalho”. Quem nunca estribou a sua actuação numa planificação estruturada ou revelou qualquer aptidão por estudar e buscar a melhoria do sistema de justiça não saberá dar o devido uso a esta “ferramenta”.

Pela segunda nota chamo a atenção para o facto de, para além de a entrada em vigor da Lei Orgânica estar prevista para o início de 2008, na derradeira norma da Proposta constar que o diploma “*deve ser implementado no prazo máximo de dois anos*”. É só fazer as contas: a nossa estratégia de actuação não pode estar unicamente dependente da existência da Lei Orgânica do CSM.

Nós não podemos desperdiçar mais três anos...



Paulo Faria
Juiz de Direito



A INDEPENDÊNCIA E A PROMOÇÃO NA CARREIRA

A independência dos juízes como *valor* assenta na imposição de que os juízes, no exercício das suas funções jurisdicionais de titulares dos órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, se submetam apenas à lei e ao direito.

A independência como *valor* reclama a existência de instrumentos que o assegurem a independência como *garantia*. Nos instrumentos que visam garantir a independência incluem-se, nomeadamente, as regras sobre inamovibilidade, responsabilidade, exclusividade de funções, incompatibilidades e, também, o estatuto próprio, destinado a aprofundar, a concretizar e a dotar de eficácia essas regras.

A independência, seja interna (entre juízes), seja externa (no confronto com os outros poderes do Estado), constitui a garantia essencial do estatuto dos juízes e é reclamada pelo direito fundamental dos cidadãos a tribunais independentes e imparciais.

É no plano da tutela da independência que se situa o Conselho Superior da Magistratura.

Criado pela Constituição de 1976, surge como garantia do Estado de Direito democrático.

Concentrando os poderes de nomeação, colocação, transferência e promoção dos juízes dos tribunais judiciais e o exercício da acção disciplinar (artigo 217.º, n.º 1, da CRP), tem a natureza de órgão constitucional a que é atribuído um poder político-administrativo instrumental e vinculado à defesa da independência dos juízes.

Num sistema como é o nosso em que a magistratura judicial está organizada em carreira profissionalizada, subordinando-se o acesso aos tribunais de segunda instância e ao Supremo Tribunal de Justiça a concurso curricular, com prevalência do critério do mérito (artigo 215.º, n.ºs 3 e 4, da CRP), a independência não pode ser apenas uma atitude pessoal; tem de apoiar-se nas condições de igualdade, de

transparência, de tutela do mérito que são asseguradas às expectativas de promoção na carreira.

O acordo político-parlamentar para a reforma da Justiça, celebrado entre o PS e o PSD, anuncia, em traços gerais, «novidades» quanto à promoção na carreira.

Os concursos curriculares de acesso aos tribunais da Relação e ao Supremo Tribunal de Justiça incluirão uma apreciação pública do currículo dos candidatos perante um júri; composto pelo Presidente do Tribunal da Relação, um Juiz Desembargador e um Professor de Direito, no caso dos concursos de acesso aos tribunais de segunda instância, e pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, um Juiz Conselheiro e um Professor Catedrático de Direito, no caso dos concursos de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça.

Quais são as razões que fundamentam esta intervenção cirúrgica numa matéria da maior importância para a carreira profissional dos juízes e quais são os reais fins com ela visados? Será que «não vale agitar fantasmas»?

Se o «pacto» não se atreve a alterações constitucionais, e continuando a caber, portanto, ao CSM os poderes de promoção dos juízes, não se alcança o sentido, a oportunidade e a utilidade dessa fase «obrigatória» de apreciação pública do currículo dos candidatos por júris constituídos à margem do CSM.

A não ser que, por via dessa apreciação pública do currículo, se queira vincular o CSM à «homologação» dos resultados a que conduzir, subtraindo-lhe, assim, a apreciação do mérito para a promoção. Essa hipótese, que é confortada pela quota «obrigatória» de um quinto dos lugares no Supremo Tribunal de Justiça reservada a juristas de mérito, não pertencentes às magistraturas, conformaria uma inadmissível intromissão na competência do CSM, na vertente da promoção dos juízes aos tribunais de segunda instância e



ao Supremo Tribunal de Justiça, com o risco real de «controlo» da composição desses tribunais por lógicas alheias ao mérito.

Por isso, a candidatura, que tenho a honra de integrar, quer assegurar que os concursos de acesso aos tribunais de segunda instância e ao Supremo Tribunal de Justiça se mantenham no estrito âmbito do CSM, sem qualquer tipo de interferências externas que, directa ou indirectamente, o queiram ou possam condicionar.

A defesa da competência exclusiva do CSM, nesta matéria, implica, porém, a exigência de acrescidos rigor e transparência nos concursos de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, nos quais as margens de discricionariedade não estão, no quadro legal actual, eliminadas.

Para além dos factores a que a lei manda atender, devem ser concretizados todos os outros que possam relevar e devem ser precisas as valorizações a cada um deles atribuídas (v. g. através da definição de grelhas de pontuação), por forma a que seja possível conhecer os factores tidos em conta na graduação de cada candidato, a sua importância singular e a sua importância relativa.

Só uma graduação explícita e, portanto, controlável garante a tutela do mérito e salvaguarda o CSM da crítica de motivações obscuras.



Isabel Pais Martins
Juíza Desembargadora

UM CONSELHO TAMBÉM DE AFECTOS ? E PORQUE NÃO ?

Seguramente que um dos desafios que, com grande premência, se colocam actualmente na nossa sociedade em geral e, também, a todos os Juizes em particular é o da modernidade. E os Juizes, se não apanham esse poderoso comboio sempre em movimento, ou serão deixados num qualquer apeadeiro ou então, pior, serão trucidados por terem sido previamente lançados à linha.

Mas a modernidade a que aludimos não é simplesmente a tecnológica mas, e fundamentalmente, a cultural e de mentalidades.

Começa-se a ouvir falar na Democracia de Afectos como expressão de uma superior evolução cultural com reflexo no relacionamento, quer entre instituições, quer entre estas e os cidadãos, em que a afectividade aparece como uma forma diferente de estar e de agir.

Do Conselho Superior da Magistratura, enquanto órgão superior de gestão e disciplina da Magistratura Judicial, com funções de garantia da independência do poder judicial, espera-se um acompanhar da modernidade que seja um exemplo para todos os juizes e que projecte para o exterior a credibilidade que ultimamente lhes tem sido sonogada.

Ora é por isso mesmo que não é mais possível manter-se o tipo de relacionamento existente entre a esmagadora maioria dos Juizes e o Conselho que os gere e disciplina.

A atitude quase imperial e intimidatória que o Conselho por vezes toma quando se dirige aos Juizes, tem de dar lugar a modos de agir baseados na compreensão da realidade em que se pretende intervir e na explicação fundamentada das suas decisões.

A determinação que gera obediência cega fundada no medo, não engrandece quem manda. Já a obediência alcançada com suporte na força explicada da razão, honra quem ordena e estimula quem cumpre.

É por isso que a regra que vem vigorando no Conselho de quase secretismo sobre o que é deliberado, tem de

ser substituída pela regra da divulgação ou transparência.

Os juizes, todos, têm direito a saber o conteúdo das decisões que o Conselho toma e quais os seus fundamentos, por exemplo, quanto a classificações de mérito ou em matéria disciplinar, para que todos os juizes possam perceber qual a linha de actuação do Conselho e a sua respectiva coerência, habilitando-os a poder comparar a sua situação particular com aquilo que o Conselho entendeu em situações similares.

O secretismo fomenta o boato e o rumor e, estes, a desconfiança e o descrédito, interno e externo. E se somarmos a desconfiança dos juizes no Conselho daí resultante à já antiga desconfiança que o Conselho normalmente parece manifestar relativamente a cada um dos juizes, teremos a exacta medida da crise institucional existente.

A quem serve ou interessa este secretismo, este véu que oculta a actuação geral do Conselho aos olhos dos juizes? Acreditamos que a ninguém. E se não interessa ou serve a ninguém, não se lhe vendo também qualquer utilidade, não tem razão para se manter.

Do Conselho espera-se ainda atenção aos problemas que os juizes lhe fazem chegar. Espera-se também resposta em tempo útil, seja ela qual for, mais que não seja como manifestação de respeito.

Espera-se ainda proximidade dos vo-gais eleitos relativamente aos juizes da área geográfica que lhes esteja atribuída, traduzida esta na disponibilidade para ouvir e agir, com deslocação às comarcas, se tal for necessário, de preferência antecipando o nascer ou o avolumar de problemas.

Espera-se nas inspecções de mérito o acentuar da sua vertente pedagógica, com particular incidência nos jovens juizes e juizas em princípio de carreira.

Espera-se do Conselho a clarividência necessária para saber distinguir quem efectivamente trabalha e se esforça (e que muitas vezes não vê o seu esforço e mérito reconhecido), daqueles, poucos felizmente, que trabalham pouco e mal.



Espera-se do Conselho que não se cegue com a produtividade, porque esta não é só números. Se fosse uma mera questão de números, a "produtividade" era afinal tão só uma questão de "quantidade".

Produtividade pressupõe níveis quantitativos adequados aliados a qualidade. Os juizes e juizas não são propriamente máquinas de produção em série de sentenças e despachos e, antes de tudo e sobretudo, são pessoas e, principalmente, decidem sobre questões que afectam as pessoas.

Espera-se do Conselho redobrada atenção e solução para os casos de desumana sobrecarga de trabalho.

Espera-se do Conselho firmeza e recórdio disciplinar, pois essa é a sua função que, exercida com rigor, é moralizadora e credibiliza a sua acção e a dos Juizes em geral, evidenciando o seu carácter não corporativo, que não tem, não pode ter, nem se quer que tenha.

Se o Conselho, acompanhando o evoluir dos tempos, alterar atitudes e comportamentos, conseguirá recuperar a confiança dos juizes.

Confiando também o Conselho nos Juizes, estarão estabelecidas condições para o caminhar nas pontes dos afectos.

Sonho com o dia em que Conselho goste dos seus Juizes e estes, por seu turno, gostem do seu Conselho, revendo-se na sua actuação.

Esse dia pode começar a nascer a 1 de Março de 2007, assim venha a ser dada efectiva oportunidade ao Conselheiro Vasques Dinis e à sua equipa de pôr em execução aquilo a que se propõem.

José Manuel Duro M. Cardoso
Juiz Desembargador

NOVOS TEMPOS OUTRAS SOLUÇÕES

Uma breve nota e duas ideias sumariamente expostas para vos dizer porque estou aqui.

Aderi a este projecto porque vejo na candidatura do Sr. Conselheiro Vasques Dinis, à vice-presidência do CSM, uma abertura à modernidade.

A velha ideia do juiz ostracizado, envolto numa redoma inacessível, está definitivamente ultrapassada. A juiz-mulher e o juiz-homem, socialmente integrados e participativos, capazes de ser e estar, como qualquer cidadão, empenhados nas preocupações da comunidade em que estão inseridos, têm de emergir nesta sociedade que todos pretendemos se adequar ao *modus vivendi* democrático.

O juiz, dadas as particularidades da sua função, porque arbitra e julga litígios e analisa as condutas dos seus concidadãos pelo prisma dos valores tutelados pelo ordenamento jurídico, terá sempre de assumir uma atitude de missão e colocar-se no exercício do poder que lhe está confiado com um especial espírito de serviço; mas sempre sem descurar aquela vertente da juiz-mulher ou do juiz-homem de que não pode abdicar para realizar-se integralmente como cidadão ou cidadã.

O desenvolvimento desta breve nota levar-nos-ia muito longe no que respeita à definição de um estatuto actual para os juízes de hoje, que não cabe nesta curta intervenção. Porém, podemos ficar confiantes de que, com o Conselheiro Vasques Dinis, na vice-presidência do CSM, ela estará presente quando este órgão tiver de pronunciar-se sobre a matéria.

Ser juiz representa também o exercício de uma actividade profissional. Nesse domínio queria apenas sensibilizar para dois aspectos com os quais todos os juízes acabam por confrontar-se. Um diz respeito às inspecções judiciais e outro à promoção e colocação nos tribunais superiores.

É inevitável que o desempenho do juiz seja objecto de acompanhamento e avaliação. Deparamo-nos, no entanto, com algumas situações em que o inspector nomeado não será o mais indicado para levar a cabo essa missão.

Refiro-me concretamente à inspecção de juízes que exercem em tribunais de competência especializada (tribunais de trabalho, tribunais de família, tribunais de menores, etc.) que frequentemente são inspecionados por juízes que na respectiva carreira não tiveram contacto específico com esses tribunais e, naturalmente, não estão familiarizados com as particularidades exigidas aos que aí desempenham.

Creio que resultaria numa evolução meritória do sistema se o CSM, na nomeação de inspectores ou na distribuição do respectivo serviço, levasse em consideração esse pormenor, com o que se evitariam situações desagradáveis que, por vezes, surgem e se propiciaria uma análise mais objectiva, cuidada e com conhecimento de causa do mérito e do desempenho dos juízes afectos a esses tribunais.

Outro aspecto que, creio, nunca foi convenientemente ponderado, relaciona-se com a promoção dos juízes aos tribunais superiores.

Há juízes que fizeram toda a sua carreira na 1.ª instância ou a parte mais substancial dela em tribunais de competência específica ou em tribunais de competência especializada. Porém, aquando da promoção à 2.ª instância (e também ao Supremo) não está garantido que continuarão a trabalhar naqueles domínios do direito em que adquiriram particulares competências, fruto do trabalho e estudo que tiveram de desenvolver.

Na verdade, é frequente acontecer a juízes que fizeram a sua carreira na 1.ª instância nos juízos ou varas criminais, serem colocados nas secções cíveis ou sociais



dos tribunais superiores, ou, ao invés, serem afectos a qualquer destas secções quando apresentam um currículo estritamente ligado aos tribunais criminais, ao arrepio das suas aspirações ou pretensões.

O capital de conhecimentos e experiência acumulado é, assim, de certa forma desperdiçado e, cremos, a grande maioria dos juízes aspiraria continuar a trabalhar nos tribunais superiores nas áreas do direito em que, de certa forma, se especializaram. Porém, no sistema actual, isso não está de forma alguma garantido.

No complexo mundo do direito, a tendência é cada vez maior para a especialização pelo que, cremos, só resultaria em benefício se, também ao nível dos tribunais superiores, se atendessem, seja pela via do concurso seja pela via da afectação, à especialização e à opção dos juízes.

Também para estas ideias encontramos sensibilização por parte do Conselheiro Vasques Dinis e da lista que o mesmo encabeça, pelo que podemos confiar que, sendo eleito, vai pugnar por elas e desenvolver esforços para a respectiva concretização.

Acácio André Proença,
Juiz Desembargador na
Relação de Évora.

vota
ListA

AS ELEIÇÕES PARA O C.S.M. E O OLHAR ATENTO DO 1.º ACESSO



data em referência assumiu desde o primeiro minuto, não fazendo daqueles designios palavras vãs, antes manifestando preocupação séria em ouvir os jovens juízes e em discutir com eles as propostas que agora traz a debate, pondo desde já em prática aquela forma de actuação que no futuro certamente incutirá, com benefício de todos, no C.S.M.

Importa pois que estejamos especialmente atentos às eleições do próximo dia 1 de Março, nelas intervindo e participando activamente, pois que a eventual apatia apenas se traduzirá numa pernicioso aceitação da situação que temos e com a qual não podemos conformar-nos.

Assumamos também nós, com o Sr. Conselheiro Vasques Dinis e com todos os que, com ele, se propõem dar corpo a objectivos comuns, a tarefa de fazer do C.S.M. «um espaço onde os Juízes sintam que se situa a primeira linha de defesa dos valores que cimentaram o prestígio da magistratura judicial portuguesa ao longo dos anos a sua independência, isenção e imparcialidade».

João Ricardo Carreira
Juiz de Direito no Tribunal Judicial de Estremoz

(todas as citações utilizadas no texto são oriundas do programa da candidatura «Honrar os Valores, para Um Caminhar Inteiro»)

As próximas eleições para o Conselho Superior da Magistratura (C.S.M.) serão aquelas em que, à semelhança de muitos outros colegas, participarei pela primeira vez, embora o faça já bem ciente da relevância que tais eleições assumem no que se pretende que venha a ser um novo paradigma de intervenção do Conselho, sobretudo permita-se-me o enfoque do ponto de vista dos juízes mais jovens, diariamente confrontados com as dificuldades próprias de um início de carreira cujo acompanhamento por parte do C.S.M. urge reequacionar.

Com efeito, vivendo presentemente a denominada «experiência do 1.º acesso», e estando em permanente contacto com os colegas que, oriundos do XXII Curso Normal de Formação, igualmente atravessam a mesma etapa do seu percurso profissional, tenho sentido de forma particular o pulsar das dificuldades, das angústias, dos anseios, mas também das alegrias e das «pequenas vitórias» que fazem o nosso dia-a-dia nos tribunais. Tudo se processando mais ou menos perante o alheamento do C.S.M., de cuja existência muitas vezes nos apercebemos apenas quando no lugar do apoio surge a vigilância, a exigência e até serei excessivo ao dizê-lo? a extrema preocupação pela apresentação de resultados sem cuidar da melhoria dos meios para os atingir. Não será inclusivamente essa atitude apta a interferir e/ou a perturbar a função jurisdicional que exerceremos? Não estaremos muitas vezes, «vítimas» do próprio sistema assim criado, mais preocupados com o que será melhor ao nível da inspecção do que com outros aspectos porventura mais relevantes, como seja o dedicar mais tempo a pensar o sistema, a contribuir para o melhorar, no fundo, pedindo vénia para citar o Sr. Conselheiro Borges Soeiro, a pôr em prática «a consciência de quanto é necessário prosseguir, no terreno judicial,

para que efectivamente seja administrada a justiça ao serviço de toda a sociedade»?

É neste contexto que importa inverter os termos da relação do C.S.M. com os juízes mais jovens, pondo fim ao que ironicamente venho chamando de «síndrome do envelope amarelo», caracterizador de uma relação meramente formalista e institucional por parte do C.S.M. que as mais das vezes se faz sentir apenas nos já sublinhados momentos de «pedir contas» e de exigir resultados.

E é tão fácil fazer diferente... Já pensaram quão reconfortante e dinamizador será para um juiz em início de carreira um simples telefonema auscultando-lhe as dificuldades, as carências de meios, as propostas, os desabafos até? Pequenos gestos que, sendo pouco, seriam quase tudo!

Atenta, entre muitas outras, a estas pequenas preocupações, e imbuída de um evidente espírito de mudança, eis que surge, «estimulada, na sua origem, exclusivamente pela congregação de vontades de juízes de tribunais de primeira instância», a candidatura do Sr. Conselheiro Vasques Dinis, rosto primeiro de um desafio que se propõe «Honrar os Valores, para Um Caminhar Inteiro», no qual se assume imperioso «estabelecer a comunicação entre os Juízes e o Conselho Superior da Magistratura fora do contexto dos processos inspectivos, desenvolvendo e mantendo, através dos Membros eleitos pelos Juízes, uma ligação efectiva e regular».

v o t a
List A

VOTAR A 1 DE MARÇO. E PARA QUÊ?

No próximo dia 1 de Março vai ter lugar a eleição pelos juízes portugueses dos vogais do Conselho Superior da Magistratura por eles estatutariamente eleitos.

Este é, pois, o momento certo para uma breve reflexão sobre a importância da escolha dos nossos representantes.

Não pode haver no nosso espírito a mais pequena dúvida sobre a necessidade de intervenção de juízes eleitos pelos seus pares no Conselho Superior da Magistratura sobretudo quando este órgão, desacompanhando recomendações internacionais, deixou de ter uma maioria necessária de Juízes entre os seus membros.

Assim como não a pode haver sobre a necessidade da nossa participação nessa eleição.

A salvaguarda dos valores de uma magistratura completamente independente dos restantes poderes do Estado, prestigiada e capaz de, pela sua actuação, se afirmar como pólo central da administração da justiça, impõe a escolha de pessoas abertas ao diálogo e empenhadas na busca dos necessários consensos, mas ao mesmo tempo firmes e intransigentes na defesa dos princípios e valores e na promoção de uma melhor justiça para os cidadãos, sem qualquer espécie de equívocos de raiz corporativa, estabelecidos que estejam os indispensáveis pressupostos de um eficaz desempenho da função de julgar.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de escolher os colegas que participarão no urgente processo da renovação do órgão máximo de gestão e disciplina dos Juízes em ordem a garantir um Conselho Superior da Magistratura mais aberto e próximo dos Juízes e dos seus problemas e, simultaneamente, mais actuante na defesa do prestígio da magistratura judicial e do seu papel essencial no Estado de Direito Democrático que somos.

Em definitivo o Conselho Superior da

Magistratura terá que ser o órgão central de toda a organização judiciária, responsável pela definição e execução das políticas para o sector da Justiça e de ser dotado de todos os meios necessários ao cumprimento de tais objectivos.

A disponibilidade dos juízes portugueses para protagonizar um Conselho Superior da Magistratura actuante, influente e credível em tudo quanto diga respeito à administração da justiça e que contribua para o renascer da confiança dos cidadãos nos seus juízes demanda uma exigente escolha dos nossos representantes.

Identificados, e de há muito, alguns dos estrangulamentos que não têm permitido assumir um papel mais activo no sistema de administração da justiça, a valorização da actuação do Conselho Superior da Magistratura passa também pelo aperfeiçoamento do seu funcionamento interno e pela qualidade da intervenção sobre o sistema de que for capaz.

E tudo isso passa pelas pessoas que queremos sejam nossas representantes.

São conhecidas as pessoas que se propõem levar a cabo essa tarefa essencial e as ideias que defendem.

O Conselheiro Vasques Dinis demonstrou já ao longo da sua vida profissional ser pessoa capaz de dinamizar projectos, de desenvolver trabalho em equipa, de gerir conflitos e de criar consensos, dignificando sempre a sua pessoa e a magistratura portuguesa.

Ao mesmo tempo as suas indimentáveis qualidades pessoais e profissionais dão a garantia de que promoverá junto de todos os juízes portugueses e de todas as instituições, num clima de serenidade e franca cooperação de que todos beneficiaremos, na abertura à comunidade e no posicionamento nas questões da administração da justiça, as bases necessárias para uma actuação eficaz, criteriosa e profícua.

É essa postura, sobejamente comprovada, de credibilidade e de exigência i-



para consigo e para com os outros, no respeito por cada um pelos juízes e pelos cidadãos necessária à afirmação do carácter institucional do Conselho Superior da Magistratura que caracteriza todos os demais membros da lista que o Conselheiro Vasques Dinis encabeça.

Não se trata, nesta escolha, de romper com o passado e de renegar o trabalho empenhado e altamente qualificado de todos os juízes que nos têm representado condignamente no Conselho Superior da Magistratura.

Do que se trata é de extrair desse passado as lições que o nosso futuro colectivo exige e a nossa consciência reclama.

E só a honra dos valores que fazem dos juízes homens inteiros, verdadeiros, justos e solidários é garantia de que faremos um caminhar inteiro em direcção a uma melhor justiça.

Seja esta ou outra a opção de cada um, expressá-la é importante.

Não escolher neste momento qualquer caminho é entregar aos outros a definição do destino que queremos para a Justiça em Portugal.

E isso é o que não queremos.

Manuel José Aguiar Pereira
Juiz Desembargador

PLURALIDADE E MUDANÇA

Desde há vários anos a esta parte que as eleições para o Conselho Superior da Magistratura têm permitido aos juízes uma real escolha entre listas alternativas.

Essa possibilidade tem enriquecido o debate de ideias, fazendo aumentar o grau de responsabilidade relativamente ao desempenho dos membros eleitos e permitindo que, no seio do CSM, se entrecruzem visões diversas com o salto qualitativo que daí decorre.

Todo esse processo de densificação e qualificação do desempenho não obstruiu nunca a intervenção a uma só voz sempre que estiveram em equação questões estruturantes para o poder judiciário, encontrando-se, então, plataformas de consenso nascidas do diálogo plural.

Penso ser hoje unânime o entendimento que o surgimento de movimentos de oposição e debate entre juízes, de que o Movimento Justiça e Democracia foi exemplo pioneiro, veio a revelar-se, a prazo, como muito positivo para a própria oxigenação do sistema e para o aumento do grau de exigência da nossa intervenção pública.

Cerca de 10 anos decorridos, sem prejuízo de erros ou falhas cometidas, a classe observa como, serenamente, se veio desenvolvendo uma ecologia de intervenção social, associativa, cultural ou institucional que vem sendo motivo de fundada satisfação para um observador imparcial e desinteressado.

Essa maior excelência do debate ultrapassa já, em muito, as meras pugnas eleitorais e até extravasou as fronteiras estreitas daqueles que, redutoramente, tudo pretendem reduzir a duas facções únicas que periodicamente se digladiam.

É hoje mais fácil encontrar no espaço público vozes autorizadas de juízes, mesmo nas novas gerações, que souberam desenvolver um discurso articulado sobre as grandes questões relativas ao mundo judicial, pronunciando-se, sem maniqueísmos estéreis, com a autoridade das

luzes da razão e com o respeito dos interlocutores, mesmo que momentâneos adversários.

As próximas eleições para o CSM são magnífica demonstração da emergência dessas vozes.

Uma leitura atenta do programa eleitoral da lista “Honrar os Valores” explicita bem como um estudo continuado e consistente dos juízes envolvidos permite hoje a esta candidatura apresentar um linha harmónica e coerente de intervenção no espaço judiciário.

Os candidatos da lista encabeçada pelo Conselheiro Vasques Dinis têm, atrás de si, todo um percurso de intervenção cívica e de experiência no tratamento das questões da Justiça, apresentando-se com um lastro de reflexão e acção concreta que confere credibilidade à respectiva candidatura.

Quem os conhece, e eu tenho o privilégio de a quase todos conhecer, e entre eles, a muitos, me unirem sinceros laços de estima e amizade pessoal, sabe do seu passado. Alguns mais interventivos num quadro institucional, ligados a movimentos de juízes; outros, com uma intervenção desformalizada a nível da blogosfera ou de actividades de natureza cultural ou literária; todos conhecidos pelos seus méritos profissionais e pela consensualidade que geram entre os colegas.

Também aqui a diversidade revelou-se útil pois obriga mais a que as listas candidatas indiquem nomes que sejam uma garantia de prudente jurisdição.

Contados os votos, por força de uma sensata metodologia, teremos os eleitos repartidos, por margem que prevejo estreita, por candidatos de ambas as listas.

No dia seguinte, porém, a lista será certamente única com um espírito comum de serviço à causa pública, na certeza nossa que, sabiamente, “os ovos não estarão num só cesto”.

Seria pretensioso da minha parte pre-



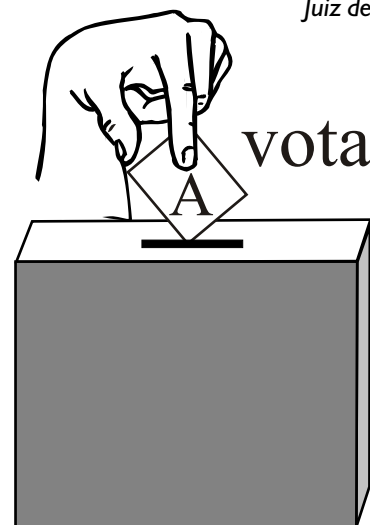
tender afirmar que uns candidatos serão melhores do que outros, matéria conflituosa cuja melhor prova implicará sempre uma dilação de três anos.

Todavia, modestamente, deixem-se apenas dar público testemunho da tranquila satisfação que me despertará a notícia da eleição de qualquer um dos juízes indicados na lista do Conselheiro Vasques Dinis.

Entretanto, para nós, meros eleitores, fica um dever e uma certeza.

O dever irrecusável de exercer o sagrado direito de voto e a certeza que a nossa intervenção cívica deve esgotar-se cada vez menos numa mera eleição e exige cada vez mais um comprometimento público que possa granjear o respeito e a simpatia do povo a quem servimos.

José Igreja Matos
Juiz de Direito



RAZÕES DO APOIO À CANDIDATURA DA LISTA ENCABEÇADA PELO CONS. VÁSQUES DINIS

Não são seguramente razões de amizade que me levam a apoiar, inequivocamente, a candidatura encabeçada pelo Conselheiro Vasques Dinis na eleição de vogais para o Conselho Superior da Magistratura.

Se é verdade que me ligam relações de amizade à quase totalidade de candidatos dessa lista, não é menos verdade que igualmente mantenho o mesmo tipo de relações com candidatos da lista encabeçada pelo Conselheiro Ferreira Girão, nomeadamente com este.

Os vogais juízes eleitos para integrarem o Conselho Superior da Magistratura têm sido sistematicamente utilizados como “mão de obra” ao serviço do trabalho burocrático-administrativo daquele órgão, assim sendo os mesmos reconduzidos a um papel menor, sem visibilidade, com excepção de algumas tomadas de posição, por vezes corajosas, em deliberações do plenário, assim se extinguindo não só as intenções dos eleitos, nomeadamente expressas nos programas eleitorais, como as expectativas dos juízes que neles votaram.

A finalmente anunciada reforma da orgânica do Conselho Superior da Magistratura, com propalados meios de funcio-

namento e reforçados serviços de apoio, irá permitir libertar os vogais eleitos para as fundamentais tarefas de orientação política e estratégica da magistratura.

E aqui, com todo o respeito pelos meus amigos que integram a outra lista, a minha confiança vai por inteiro para as pessoas que compõem a lista encabeçada pelo Conselheiro Vasques Dinis.

Tratam-se de pessoas que têm demonstrado ao longo dos últimos anos terem uma ideia coerente, profunda e viável do que deve ser a magistratura judicial, quais os seus problemas e a melhor forma de os resolver, não numa óptica imediata de reivindicação sindical, que não tem o seu campo de eleição no Conselho Superior da Magistratura, mas numa perspectiva política e filosófica do enquadramento da magistratura no Estado de Direito Democrático, cuja afirmação tem o espaço privilegiado neste órgão de gestão e é essencial para a dignificação da função de juiz e desenvolvimento de uma verdadeira afirmação do poder judicial



Não tenhamos ilusões, é através da qualidade do discurso, das propostas e da afirmação pelo trabalho produzido que se conseguirá alcançar os objectivos que todos desejamos. A confrontação, como se tem visto, não só não produz efeitos, como é mesmo desejada pelo poder instituído.

As pessoas que integram a lista encabeçada pelo Conselheiro Vasques Dinis dão-me as melhores garantias de poder vir a ter um Conselho Superior da Magistratura que orgulhe os juízes e lhes garanta finalmente o reconhecimento, o prestígio e a real independência que todos almejamos.

Daí a razão do meu voto.

Rui Manuel Barata Penha
Juiz de Direito

consulte agora:

<http://honrarosvalores.com>

<http://honrarosvalores.blogspot.com>

A IMPORTÂNCIA DE UMA ELEIÇÃO

«A memória é uma paisagem contemplada de um comboio em movimento (...) São coisas que correm diante dos nossos olhos, sabemos que são reais, mas estão longe, não as podemos tocar. Algumas estão já tão longe e o comboio a avançar tão veloz que não temos a certeza de que realmente aconteceram». As palavras de José Eduardo Agualusa vêm a propósito da necessidade de recuperar a memória quando enfrentamos, por vezes um pouco desinteressadamente, o acto eleitoral dos juízes para o órgão constitucional que gere afinal os nossos destinos.

É preciso não esquecer que a independência que todos os dias fazemos questão de manter nos mais pequenos actos da nossa rotina diária assenta num quadro constitucional onde o CSM se assume como garante fundamental do livre exercício da nossa actividade

É preciso não esquecer que ao longo dos tempos o CSM tem sido objecto de directos e indirectos ataques por parte de quem não quer uma magistratura independente. Muitas vezes com sucesso.

É preciso não esquecer que os membros eleitos pelos juízes para o CSM são inequivocamente os garantes de uma total independência daquele órgão.

É preciso não esquecer que ao longo dos anos da sua existência não foram poucos os momentos em que a fragilidade organizativa do CSM só foi superada e sustentada pela força da independência dos seus membros eleitos pelos juízes.

É preciso referir que a independência dos juízes não tem que ser vista por todos da mesma maneira.

É preciso referir que a liberdade de pensar de forma diferente é a essência de uma cultura democrática que não pode estar ausente da magistratura.

É preciso recordar que essa maneira de pensar plural, tem vindo ao longo dos anos a ser consolidada como património de muitos juízes que apresentam as suas propostas a toda magistratura e enfrentam periodicamente as suas legítimas escolhas. E respeitam essas escolhas, honrando os seus compromissos.

O apelo à memória é um dos mais apelativos instrumentos de trabalhos dos



juízes.

É este apelo que se torna necessário para entender as razões de um grupo que, com muita persistência e muito trabalho, tem vindo a expor e a expôr-se ao longo dos anos aos difíceis desafios de uma profissão aliciante e a forma de a exercer com dignidade.

Não sigo o pessimismo de José Gil quando refere que «o sentimento de responsabilidade por uma comunidade, por um país, parece ter desaparecido».

Ao assumir uma candidatura estes juízes com este programa apresentam-se. Responsabilizam-se.

José Mouraz Lopes
Juiz de Direito

Acções de Convívio da Lista A

Lisboa (Almoço) - dia 10/02/2007, Restaurante Caravela de Ouro

inscrições: Margarida Fernandes - mail: maggie@portugalmail.pt

Porto (Jantar) - dia 15/02/2007, Fundação Cupertino de Miranda

inscrições: Paulo Faria - mail: geral@honrarosvalores.com

Coimbra (Jantar) - dia 16/02/2007, Local a definir

inscrições: Isabel Namora - Telemóvel: 968028543

Ana Cláudia Cáceres - Telemóvel: 964864876

CONSTRUIR A INDEPENDÊNCIA, DIGNIFICAR O FUTURO

Acho que não sou demasiado ambicioso se pensar que é possível ainda articular e executar um projecto de futuro para a justiça em Portugal. Não consigo admitir que isso não seja possível. Seria desesperante pensar que tudo ficaria ainda mais na mesma, isto quando se tem a consciência que temos ainda muitos anos à nossa frente para trilhar nesta função e actividade. Nunca me restaram muitas dúvidas, por outro lado, de quem são as pessoas que podem concretizar esse projecto. Deixei há muito de acreditar em boas vontades meramente anunciadas e seria um erro crasso, quanto a mim, apostar em quem já faz parte de um passado recente que pouco trouxe de diferente a este presente que temos.

A independência dos juizes, a independência dos Tribunais tem de ser construída qualificadamente, com dignidade, de forma a conquistar a caução que é garantia de um melhor futuro.

A independência dos juizes não pode continuar a ser apenas retórica de palavras que de tão ouvidas já nada dizem ou reflectem. É preciso actuar, com qualidade, edificando, trabalhando, organizando, construindo, promovendo os estímulos, prestigiando, premiando e cultivando a excelência e a qualidade. Buscando as ideias onde elas podem surgir e dando visibilidade a quem justamente teve, tem e terá ideias. Dando o crédito a quem o merece mais e a quem demonstra capacidade para tanto. Na solidez das palavras, nos actos e nos valores vividos. Num saber estar que se entende por "inteiro".

Percebendo-se, também assim, que estamos a falar de questões públicas e de Estado, em que o Estado tem de ser pensado com a Justiça e não sem ela. Sem que aqueles que fazem e actuam o Estado continuem a pensar que a Justiça só pode ser funcionalizada pois não tem quem suplante essa cultura de funcionário.

São estas, quanto a mim, as principais características que se esperam daqueles, entre os juizes, que se pretendem responsabilizar efectivamente, de um

ponto de vista activo e substantivo, pela criação de uma estrutura organizativa para a Justiça.

Uma organização da Justiça e da magistratura judicial que possa de facto assegurar para o futuro a independência jurisdicional.

Por seu turno, uma independência judicial efectiva e não meramente formal e retórica, com condições de autonomia e isenção face aos outros poderes públicos e políticos e também aos poderes fácticos sociais e económicos cada vez mais influentes. Uma independência que digni-



fique a Justiça perante o cidadão e os demais poderes de Estado e que se assuma como Justiça com a dignidade que se impõe no seio deste último.

Justamente para quem quiser falar de Justiça Independente.

Há alguém de entre os juizes que discorde? Quero acreditar que já não há.

Nuno Coelho
Juiz de Direito



REFERÊNCIAS

PRIMEIRAS PALAVRAS

As instituições alimentam-se de valores. Mas não vivem sem pessoas. O Conselho Superior da Magistratura aproxima-se dos trinta anos de vida e vai, assim se espera, dispor de novos meios para cumprir a função de garantia da independência do poder judicial.

Muitos foram os que o serviram, seguramente, com rectos desígnios, dando o seu melhor, independentemente da fonte de legitimidade de cada um e dos cargos que, ao seu serviço, exerceram ou exercem.

Quem se propõe servir uma tal instituição há-de, acima de tudo, respeitar o seu passado, que o mesmo é dizer, respeitar aqueles que, passo a passo, abriram e alargaram o caminho de modo a facultar a perseguição de novos horizontes.

Esse respeito impõe-se, quaisquer que sejam os sentimentos ou pontos de vista relativamente ao funcionamento e actuação de uma instituição de composição plural em que se entrecruzam olhares da realidade, nem sempre e ainda bem coincidentes.

Honrando todos os que, ao longo de quase três décadas, se empenharam, apesar de estranhas limitações, ao serviço do Conselho Superior da Magistratura, mais não fazemos do que Honrar os Valores em que queremos alicerçar Um Caminhar Inteiro.

O PRESENTE

O que se diz, o que se ouve, o que se lê, proveniente de variadas origens, é a manifestação de um sentimento generalizado de degradação da confiança no sistema de administração da justiça.

Sendo os tribunais os órgãos do Estado a quem está confiada a função de administrar a justiça em nome do povo, e os juízes o seu rosto mais visível, é fácil confundir a máscara com a alma.

A confusão existe e permanece, mercê de perplexidades provenientes de realidades mal esclarecidas, que, gerando

incerteza, desconfiança, intranquilidade e medo, se tornam forte estímulo à ilusória comodidade do distanciamento.

Da sensação de insegurança pode nascer o contrário da independência, que é, afinal, um estado de espírito.

NOVO ANDAMENTO

Cada dia é um tempo novo.

Tentar desfazer a confusão é tarefa que implica sério esforço de esclarecimento, que a cada juiz compete, no dia-a-dia, e não se satisfaz, apenas, com palavras, exigindo que as atitudes e comportamentos, por mais simples que se apresentem, correspondam à palavra dada, dita ou escrita.

Prosseguir tal finalidade, mediante informação acessível, de modo a ser entendida pelo comum dos cidadãos, é encargo que, nas presentes circunstâncias, se impõe ao Conselho Superior da Magistratura particularmente aos que nele dão voz aos sentimentos dos juízes das várias categorias de tribunais a fim de garantir o prestígio da magistratura judicial, sem o qual não pode existir confiança no poder judicial.

Evitar que germinem perplexidades, no seio da comunidade ou no meio judicial, quanto à actuação do Conselho Superior da Magistratura é tarefa urgente.

Importa começar, serenamente, dando o passo primeiro, como símbolo da vontade firme de trazer à luz tudo o que, podendo ser revelado a todos, não deve permanecer no domínio do conhecimento de aguns.

A regra há-de ser a divulgação generalizada de todas as deliberações e respectivos fundamentos. A excepção é a reserva imposta por lei, designadamente em matéria disciplinar, mas também quando se trate da avaliação do mérito profissional, no que respeita à preservação da identidade das pessoas para salvaguarda da sua dignidade.

Assim se permitirá a todos conhecer a coerência das linhas de orientação do Conselho, seja no que lhe compete deci-



entidades, o que, seguramente, estimulando a crítica, há-de contribuir para um renovado e bem fundado olhar de confiança na sua actuação.

Sem esse primeiro passo, não é possível sustentar a credibilidade desejada para a afirmação plena de um órgão que tem de se assumir, perante todos, como garante da independência do poder judicial.

Ninguém terá dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, terá que ser dado esse passo, não dispensando o empenho dos juízes, nem a cooperação com outros poderes.

Impõe-se que seja dado já, para que o não seja demasiado tarde.

Adelino César Vasques Dinis
Juiz Conselheiro do Supremo



MENSAGEM AOS JUÍZES PORTUGUESES

Considerar o Conselho Superior da Magistratura (CSM) como um lugar aberto aos juízes e à comunidade traduz a única resposta a todo o tipo de factores que condicionam a administração da justiça, partindo do pressuposto de que não pode deixar de existir uma estreita convivência interinstitucional, entre os diversos órgãos de soberania, até porque a Justiça surge aos olhos de todos os cidadãos como uma verdadeira Questão de Estado e que, portanto, também a todos importa.

Contudo, esta convivência interinstitucional, como o próprio conceito insinua, deve ser materializada numa forma institucional.

No que se refere aos juízes, enquanto titulares de órgãos detentores do poder jurisdicional, só o CSM será a sua legítima “voz”, aliás na decorrência dos atinentes princípios constitucionais, pelo que jamais outrem que não o Conselho poderá dar corpo e explicitar situações concretas para o seu exterior, nomeadamente para a comunidade, o que também desvanecerá uma vã, e sempre efémera, deriva dos juízes, ao surgirem às luzes da ribalta, com um protagonismo tantas vezes, no mínimo, discutível; antes passando pela inequívoca afirmação dos seus deveres de reserva, isenção, objectividade e rigor.

Considerar o CSM como um lugar aberto aos juízes e à comunidade é, ainda, a reafirmação a um apelo de consciência ao cumprimento de um dever, que embora possa revestir incontáveis sacrifícios, vale a pena assumir, com entusiasmo, como forma de revelar o respeito e a confiança nos juízes portugueses, nomeadamente nos mais jovens colocados por todo o país, tomando eles próprios a consciência de quanto é necessário prosseguir, no terreno judicial, para que, efectivamente seja administrada a justiça ao serviço de toda a sociedade.

Passa, também, por um antigo, mas mais do que nunca, jovem anseio de que o juiz não seja funcionalizado nem pelo órgão de gestão da magistratura judicial, colocando-o perante ininteligíveis feixes de decisões que carecem ser entendidas para que possam primeiramente ser claras e depois justas, como pelos órgãos políticos com funções legislativas e/ou executivas, não vendo o julgador como um mero agente ou operador da administração pública, mas como um importante elo que tem de estar inserido, indissolivelmente, na comunidade, para poder surgir como um verdadeiro depositário da confiança dessa mesma comunidade.

Por isso mesmo é que o CSM deve surgir ao olhar do cidadão com redobrado prestígio, sendo um efectivo reduto de garantia dos valores essenciais à existência individual e à vida colectiva.

O CSM como um lugar aberto aos juízes e à comunidade passa ainda por manter uma relação de proximidade com os juízes, incentivando uma gestão partilhada, nomeadamente com todos aqueles que, no seu quotidiano, na comarca, conseguem, com o melhor do seu esforço, tornar efectiva a justiça. Só assim o CSM conseguirá consolidar o seu respeito, permitindo que todos eles se revejam neste órgão.

Também a comunidade deverá ter presente que tudo o que é emanado do CSM projectará valores onde, forçosa-



mente, estão inseridas a competência, a isenção, a objectividade e o rigor, porque é da justiça a efectivar junto da comunidade que, em última análise, se trata, quando o CSM é chamado a intervir.

Os candidatos constantes da lista encabeçada pelo Conselheiro Vasques Dinis sabem bem da relevância dos compromissos assumidos e sabem também que lhes vai ser exigido o pesado ónus de cumprir tudo aquilo a que se comprometeram com o manifesto desiderato de alcançar a melhor dignificação para a magistratura judicial.

Foram, também, estas razões, que me moveram e me levaram, sem hesitações, a aceitar o cargo de mandatário nacional da aludida lista, o que muito me orgulha e me apraz aqui, para vós, registar.

José Manuel C. Borges Soeiro
*Juiz Conselheiro do
Supremo Tribunal de Justiça*



AGORA LEIA

o MOVIMENTO & JUSTIÇA em:
<http://www.poder-judicial-2006-mjd.blogspot.com>

composição da lista A

COMO VOTAR

As eleições decorrem no dia 1 de Março de 2007.

Podem votar todos os juízes em efectividade de serviço judicial, com exclusão dos que se encontrem em comissão de serviço de natureza não judicial.

Pode votar-se presencialmente e por correspondência.

A votação presencial de corre nas instalações do Conselho Superior da Magistratura, entre as 9 horas e as 19 horas.

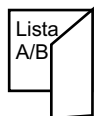
A votação por correspondência é feita nos boletins de voto previamente enviados aos presidentes dos diversos tribunais e distribuídos por estes aos juízes, onde é escrita a opção de voto (Lista A ou B), devendo o boletim ser dobrado e encerrado num envelope branco, sem quaisquer dizeres ou marcas exteriores, o qual deverá por sua vez ser encerrado noutro envelope, juntamente com um documento com indicação do nome, tribunal, tipo de nomeação (efectivo, interino, auxiliar), data e assinatura do votante, sendo esta autenticada com o selo branco do tribunal ou departamento onde presta serviço.

Os votos por correspondência têm de ser enviados pelo correio individualmente, por forma a que a cada um corresponda um registo postal, não sendo válidos os votos enviados em grupos, dentro de um envelope comum com um só registo.

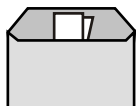
A correspondência postal com os votos deve ser enviada sob registo para o Presidente da Mesa da Assembleia de Voto do Conselho Superior de Magistratura.

Dado que o dia 1 de Março é uma quarta-feira, à cautela, deverá a correspondência ser expedida para o correio até dia 23 de Fevereiro, por forma, a que o voto possa ser considerado com toda a certeza.

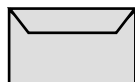
VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA



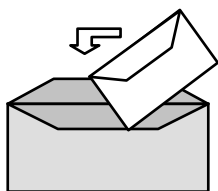
1) Inscrever a opção de voto no boletim sem outros dizeres



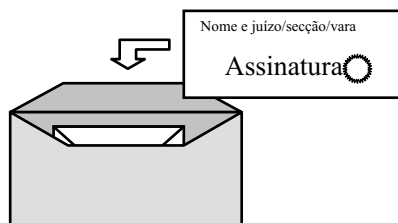
2) Colocar o boletim de voto num envelope branco



3) Fechar o envelope com boletim sem quaisquer dizeres ou marcas exteriores



4) Encerrar o primeiro envelope noutro que vai ser colocado no correio



5) Preencher o documento de identificação autenticada com o selo branco, ou equiparado, do tribunal;

c) Os envelopes são enviados pelo correio, sob registo, e dirigidos para o seguinte endereço:

Presidente da mesa da assembleia de voto,
Conselho Superior da Magistratura,
Largo do Corpo Santo, 13,
1200-129 Lisboa



Nos últimos quatro anos, os portugueses mantiveram a sua confiança na marca Delta. Nós cumprimos o compromisso.

Mais uma vez, pelo quarto ano consecutivo, a Delta foi escolhida pelos portugueses como a primeira marca de confiança na categoria cafés pelo estudo realizado e publicado pelas Selecções de Reader's Digest.

A Delta tem desenvolvido uma acção de responsabilidade social e sustentabilidade que, a par da qualidade dos nossos cafés, representa o nosso compromisso com a sociedade. Portugal conhece-nos e, por isso, confia. Estamos preparados para mais 4 anos.

www.delta-cafes.pt

CAMINHAR EM CONJUNTO: NOVOS CAMINHOS PARA A MEDIAÇÃO FAMILIAR

A mediação tem, nestes últimos anos, sido tema recorrente de discussões envolvendo os diversos agentes da justiça. Esse interesse foi claramente fomentado aquando da abertura dos Julgados de Paz e, conseqüentemente, da criação de um serviço de Mediação de Conflitos. Mais recentemente os projectos de lei nas áreas da Mediação Laboral e em contexto Penal voltaram a trazer o tema da Mediação e da sua interligação com o sistema judicial e com os seus agentes à ordem do dia.

Toda a discussão que se tem gerado, na sua maioria bastante positiva por permitir uma reflexão alargada (embora por vezes pouco informada) do impacto e das mais-valias que o desenvolvimento da Mediação nestas áreas representa, deverá permitir a criação de respostas integradas e adequadas às necessidades do cidadão que a elas recorrer.

Será, no nosso entender, interessante analisar o impacto de outra resposta em que é utilizada a mediação. O Gabinete de Mediação Familiar de Lisboa, iniciou a sua actividade em Setembro de 1999. São, actualmente, competências deste gabinete as situações de regulação do exercício do poder paternal, sua alteração ou resolução de situações de incumprimento.

A possibilidade de recurso à mediação familiar está contemplada na Lei n.º 133/99, de 28 de Agosto, artigo 2.º, aditamento ao Artigo 147º - D, com a seguinte redacção:

1 - *Em qualquer estado da causa e sempre que o entenda conveniente, designadamente em processo de regulação do exercício do poder paternal, oficiosamente, com o consentimento dos interessados, ou a requerimento destes, pode o juiz determinar a intervenção de serviços públicos ou privados de mediação.*

2 - *O juiz homologa o acordo obtido por via de mediação se este satisfizer o interesse do menor.*

Pese embora a referência a esta forma de resolução dos conflitos associados às

situações de regulação do exercício do poder paternal as estatísticas do Gabinete de Mediação Familiar de Lisboa (in Newsletter DGAE, N.º 5, Junho 2005) indicam que dos 179 processos que passaram pelo gabinete em 2004, apenas 31 foram enviados pelo Tribunal.

Este número torna-se ainda mais relevante quando comparado com os números provisórios, relativos a 2004, apresentados pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, referentes ao número de processo entrados nos tribunais de 1.ª Instância (para o presente artigo limitamo-nos a apresentar os processos entrados nos Tribunais de Família e Menores): 31 885 processos.

Estes dados conduzem-nos a uma reflexão inevitável sobre quais as razões para que esta resposta não seja utilizada de forma mais constante. A primeira questão que colocamos é em que medida existe, por parte dos Juízes, um conhecimento da adequação de uma resposta como a Mediação Familiar para alguns dos muitos processos que têm em mãos. Na realidade aquilo que nos temos apercebido é que a questão poderá ir para além da falta de informação, resultando mais de uma falta de confiança na forma como o processo de Mediação é realizado.

O facto de o gabinete ser um serviço "distante" do tribunal poderá ter como consequência essa desconfiança. Mas, no nosso entender, a não realização, ou a sua não divulgação, de uma avaliação clara dos resultados obtidos, do desempenho dos mediadores e da sustentabilidade dos acordos conseguidos em sede de mediação poderão ser factores determinantes nesse juízo.

Uma das ideias que tem provocado algumas dificuldades de aceitação junto dos diferentes agentes judiciais é a de que as formas de resolução extrajudicial de conflitos são substitutos do sistema judicial. Esta perspectiva, embora com algum



interesse em termos da discussão filosófica do que é Justiça e como é que ela é vivenciada pelas pessoas e sociedades, é no entanto desadequada face às necessidades actuais. Aquilo que devemos compreender é em que medida podemos, utilizando os recursos que temos ao nosso dispor e preservando todas as liberdades, direitos e garantias, garantir um melhor serviço aos cidadãos.

A importância da Mediação, e neste caso concreto da Mediação Familiar, como instrumento de alívio do trabalho dos tribunais, permitindo que o tempo dos juízes possa ser dedicado aos casos em que a sua intervenção é realmente indispensável, é expressa numa das conclusões de um estudo realizado em 2005 pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa - *Os actos e os tempos dos juízes: Contributos para a construção de indicadores da distribuição processual nos juízos cíveis*:

(...) *definição de uma nova política pública de justiça que não esteja demasiado dependente dos tribunais judiciais, mas também assente num sistema integrado de resolução de litígios, consolidando os mecanismos extrajudiciais já existentes ou criando outros no âmbito do Estado ou da sociedade (...)* (Gomes, 2005).

Neste pressuposto parece-nos interessante lançar uma ideia que julgamos contribuiria para uma melhor, e mais eficaz, interligação do sistema judicial com a Mediação Familiar.

Numa nova referência à Lei n.º 133/99, de 28 de Agosto, artigo 2.º, no aditamento ao Artigo 147º - O, podemos ler o seguinte sob o título Assessoria técnica complementar:

1 - *Em qualquer fase do processo tutelar cível, o juiz pode nomear ou requisitar assessores técnicos, a fim de assistirem a dili-*

gências, prestarem esclarecimentos, realizarem exames ou elaborarem pareceres.

Esta parece-nos, claramente, uma porta de entrada simples e muito interessante para a Mediação Familiar. Acreditamos que surgindo a equipa de mediadores como assessores técnicos o seu papel não colide com nenhum dos outros agentes envolvidos no processo, encontrando-se preservada a responsabilidade do Juiz pois o acordo, se atingido, será por este homologado.

Esta possibilidade vem de encontro

ao entendimento que a Associação de Mediadores de Conflitos tem, no caso das situações de família e menores, relativamente ao papel de complementaridade que os meios de resolução de conflitos como a Mediação e a Conciliação, podem ter relativamente ao sistema judicial.

Consideramos que seria do interesse geral poder desenvolver um projecto experimental para ver da viabilidade deste tipo de solução, sendo para nós claro que esta será um caminho que nos levará a uma maior celeridade processual e, ainda

mais importante, um maior grau de satisfação por parte dos cidadãos.

Esperamos desta forma desencadear uma discussão construtiva sobre este assunto. É sem dúvida um dos objectivos da Associação de Mediadores de Conflitos procurar, em conjunto com os agentes do sistema judicial, em geral, e com os magistrados, em particular, as condições para melhorar as formas de aplicação da Justiça.

BRUNO CALDEIRA
*Presidente da Associação de
Mediadores de Conflitos*

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS



A forma como se chega à mediação de conflitos varia logicamente de caso para caso. No meu caso pessoal, resultou de alguma (bastante...) pesquisa e foi determinada por alguma insatisfação face às respostas institucionais aos conflitos com que me deparava no decurso da minha actividade profissional. Estas respostas eram geralmente adversativas, do género impositivo e deixavam também geralmente os meus constituintes ou a mim própria com a sensação de que faltava qualquer coisa ou de que poderíamos ter feito melhor ou de outra forma. Após a minha formação e capacitação inicial em mediação de conflitos, tenho de admitir que aderi entusiástica e comprometidamente ao modelo sugerido e estudado, fazendo aqui publicamente o *mea culpa* de alguns exageros e entusiasmos a que abundantemente submeti família, amigos e conhecidos, que só os recém-convertidos a algum tipo de novo sistema, com resultados práticos satisfatórios para todas as partes envolvidas, poderão ajuizar e quiçá perdoar...

Na realidade, a mediação de conflitos não é um segredo bem guardado, nem foi objecto de invenção recente, não é pois um fenómeno isolado, mas sim associado

ao desenvolvimento dos modos não jurisdicionais de regulação de conflitos que se desenvolveram na Europa sobretudo a partir das décadas de 1970/80, apesar de existir desde há muito como ideia comum a inúmeras culturas, com génese e extensão geográfica extensa. A mediação é um conceito maior da filosofia, contrária-mente à conciliação ou à negociação, que são simples noções. A sua definição é positiva: serve à construção, ao ultra-passar, mas não se reduz à simples resolução de conflitos e fruto da sua crescente importância e relevância social torna urgente um esforço teórico sério.

Esta ideia de elaboração dum mínimo de inteligibilidade conceptual é vital por duas ordens de razões: 1.º constatação da existência de estratégias de instrumentalização da mediação, em grande parte devido à imagem positiva da mesma, que potencia tentativas de apropriação e contrafacção; (aqui, basta pensar na "Ficha de Mediação" com o pedido de "Síntese da sessão" que é obrigatório preencher nas sessões de mediação nos Julgados de Paz, e que configuraria necessariamente uma violação do seu carácter sigiloso, não fosse a "souplesse" com

mediadores); 2.º ausência de capitalização de esforços conceptuais anteriores, que potencia alguma falta de rigor, de vigi-lância e até de modéstia por parte de quem tende a utilizar o termo sem veri-ficar a sua justificação.

A urgência dum esforço teórico sério e empenhado justifica-se ainda pelo que alguns autores apresentam como "síndrome do mediador natural", ou seja, os que pensam retirar do seu estatuto pessoal ou profissional ou até de alguma insatisfação face a respostas institucionais estabelecidas, exterior e formalmente - uma postura inata de mediador.

A mediação de conflitos não é um conceito vago, pois beneficia de definição rigorosa, apesar de padecer muitas vezes de utilização irreflectida. Como definição global da mesma apontam alguns autores a seguinte: "processo de comunicação ético que repousa sobre a responsabilidade e autonomia dos participantes, na qual um terceiro imparcial, independente, sem poder decisório ou consultivo, com a autoridade que unicamente os mediados lhe reconhecem potencia ou

favo-rece, por laços confidenciais, o esta-belecimento ou restabelecimento do laço social, a prevenção ou a regulação da si-tuação em causa”.¹

A mediação de conflitos chegou a Portugal com a criação dos Julgados de Paz, em 2002 e foi sendo apresentada como mais uma panaceia que iria enfim desbloquear o sistema judicial, bem como com os já estafados argumentos do “rápido e barato”. Logicamente, os conflitos têm, a par do seu valor positivo tal como reconhecido pela mediação de conflitos, um valor económico não negligenciável, cuja solução ineficaz pode arruinar a sociedade no sentido económico e humano do termo; igualmente, a celeridade é também um princípio necessariamente a levar em linha de conta. No entanto, não podem nem devem ser erigidos como valores absolutos aos quais nos devemos curvar, menosprezando o valor intrínseco à ética envolvida e ao grau de satisfação das partes abrangidas, bem como a função de pacificação social desejada e amiúde alcançada através da mediação de conflitos. Isto porque a mediação de conflitos pressupõe e propõe

uma comunicação ética entre os indivíduos, entendida como um elemento constitutivo da exigência democrática contemporânea, tal como certos autores começam já a perceber.

Assim sendo, não surpreende que, como todas as boas soluções que são simultaneamente novidade e não são devidamente divulgadas, acarinhadas, encorajadas e corajosamente avaliadas e supervisionadas, a mediação de conflitos tenha até agora entre nós um desenvolvimento incerto e de certa forma errático. Apesar de tudo, a mediação de conflitos está bem e recomenda-se, graças sobretudo à “carolice” e espírito de missão com que é calorosamente apresentada, defendida e praticada pelos mediadores de conflitos verdadeiramente empenhados e envolvidos na construção dum modelo teórico e prático que seja ético, responsável e funcional, tendo em atenção todo o trabalho incessante de auto-análise e auto-formação dos mediadores envolvidos.

Quanto ao que poderemos chamar de

“garantia” da mediação, ela repousa necessariamente na sua deontologia própria, que assenta por sua vez numa autorregulação a que não pode ser alheia a Associação de que faço parte (a AMC), que reconhecemos como o garante institucional do cumprimento dos deveres deontológicos plasmados num Código de Ética e Deontologia próprio, a par da subscrição do Código Europeu de Conduta para Mediadores. A AMC está fortemente empenhada num exercício responsável, ético e socialmente útil por parte dos seus associados, bem como tem fomentado e acarinhado todos os estudos sobre os Meios de Resolução Alternativa de Conflitos.

Em jeito de conclusão, a mediação de conflitos é um meio, alternativo ou complementar, de resolução de conflitos, mas, acima de tudo, configura um exercício de cidadania activa, empenhada e eticamente responsável.

MARIA JOÃO MARTINS RAMOS

*Advogada e mediadora de conflitos
Membro suplente da direcção da AMC*

¹ La médiation. Guillaume-Hofnung, Michèle, Presses Universitaires de France, 1995

OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E O SISTEMA JUDICIAL

1. O que existe.

A resolução extrajudicial de litígios tem lugar no nosso país através, nomeadamente, da mediação, da conciliação e da arbitragem.

Os julgados de paz, onde se desenvolvem também a mediação e a conciliação, recentemente (re)introduzidos no nosso ordenamento jurídico, pela Lei 78/01, de 13.07, constituem também um dos mecanismos para a resolução alternativa de conflitos.

Aquelas figuras traduzem-se, em termos genéricos, pelo seguinte:

Na mediação as partes, auxiliadas por terceiro neutro, encontram por si próprias uma solução negociada e amigável para pôr fim ao litígio que entre elas emergiu.

Na conciliação, por seu turno, as partes com ou sem auxílio de um terceiro, tentam encontrar uma solução para o seu conflito, sendo que nos casos em que intervém um terceiro, o mesmo convida estas a discutir o litígio, restabelecendo a comunicação entre elas, ajudando-as a encontrar as soluções possíveis.

Na arbitragem as partes submetem a resolução do seu diferendo à decisão de árbitro(s).

A relação existente entre esses meios e o sistema judicial é o que abordarei de seguida. Incidirei a atenção sobretudo na mediação.

A mediação, como técnica de resolução dos conflitos, através de um profissional que auxilia as partes a encontrarem os seus verdadeiros interesses e a preservarem-nos num acordo criativo em



que ambos ganham, constitui um importante instrumento para se alcançar a paz social. Através da mediação as partes são auxiliadas a analisar os seus problemas numa perspectiva flexível, de modo a que se torne possível falar sobre esses problemas, investigá-los, encontrar as suas raízes e a sua influência na vida como um todo e no relacionamento dos respectivos sujeitos. Este mecanismo, tem ainda como pressuposto, que ambas as partes desejam soluções que

respeitem os interesses de ambas e/ou que melhorem o seu relacionamento.

É característica da mediação o sigilo em que todo o processo se desenvolve, devendo o mediador ser credível, gerar a confiança e o respeito, para que o mediador confie nele e com franqueza exponha os seus pontos de vista, as suas convicções, os seus temores, as suas fraquezas, no convencimento de que não serão utilizados contra si. Através da mediação a solução nunca é imposta às partes, pois são estas, por si próprias, que irão descobrir, defender e harmonizar os seus interesses, desempenhando o mediador o papel de terceiro neutro no que concerne à descoberta daqueles interesses. O acordo obtido constitui, assim, algo de profundamente interiorizado e assumido pelas partes. Porque assente no diálogo e na comunicação, a mediação pode também definir-se como a *arte do compromisso* e como uma forma de justiça horizontal onde os cidadãos participam directamente na resolução do seu conflito.

Como é sabido, foi apenas através do Despacho n.º 12368/97, de 25 de Novembro de 1997, que se deram os primeiros passos em Portugal no âmbito da mediação pública.

Para o efeito foi criado um gabinete destinado a assegurar a prestação de um serviço de mediação familiar, em situações de divórcio e de separação. O Gabinete de Mediação Familiar (GMF) está situado na nossa capital, com competência territorial abrangendo, actualmente, toda a região urbana da grande Lisboa. Futuramente esses serviços de mediação estender-se-ão a Coimbra.

A intervenção do GMF ocorrerá por solicitação dos interessados, neste caso como acto independente do processo judicial ou no decurso deste.

O processo de mediação compreende a fase de pré-mediação e a fase de mediação familiar, competindo ao mediador verificar se existem condições mínimas para a mediação e avaliar sobre a adequabilidade do processo de mediação ao caso concreto.

Desde que assim ocorra é assinado termo de consentimento, sendo de seguida o "processo" de mediação distribuído a um dos mediadores familiares.

Seguem-se as reuniões de mediação e, em caso de acordo, a assinatura deste.

A intervenção do GMF pode ter ainda lugar, como se viu, na pendência de processo em tribunal.

Com efeito na sequência da Recomendação do Comité de Ministros de 1996, encontra-se também prevista a mediação familiar por determinação do juiz, no âmbito da jurisdição de menores.

Assim, em qualquer estado da causa, em processo de regulação do exercício do poder paternal, oficiosamente, com o consentimento dos interessados ou a requerimento destes, pode o juiz determinar a intervenção de serviços (públicos ou privados) de mediação.

Neste caso, deve provar-se a suspensão do processo, sendo a duração desta mediação de *um a três* meses.

Obtido o acordo é este homologado pelo juiz desde que satisfaça o interesse do menor.¹

Não será demais assinalar as vantagens da mediação familiar, que de um modo geral se traduzem, na dignificação da autodeterminação dos pais, na promoção da responsabilidade parental e protecção dos filhos, bem como na prevenção de conflitos e preservação das relações familiares.

No domínio da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14.09) está também previsto o recurso à mediação. Todavia, neste domínio, prevê-se o recurso à mediação no decurso do respectivo processo, podendo aquela ser determinada pela competente autoridade judiciária, sendo a mediação desenvolvida por entidades neutras e imparciais, actualmente, pelo Instituto de Reinserção Social.

A mediação, na lei penal dos jovens, poderá ser ordenada pelo Ministério Público, no âmbito do inquérito e, consoante os resultados daquela, poderá originar a *suspensão* ou o *arquivamento* deste.

Na fase jurisdicional a mediação poderá ser ordenada pelo juiz no âmbito da audiência preliminar, independentemente da vontade do menor, com vista à obtenção de consenso no que concerne à aplicação de medida não institucional proposta pelo Ministério Público ou pelo próprio juiz.²

Através da mediação o adolescente toma consciência da necessidade da "norma" para a manutenção do equilíbrio e da paz social, surgindo, assim, a mediação neste domínio, como um meio que contribuirá para a educação do menor para o direito e para a sua inserção de forma digna e responsável na sociedade.

É ainda de realçar o efeito responsabilizador que essa medida pode proporcionar ao jovem na medida em que lhe permite tomar consciência e reflectir sobre a sua conduta e consequências decorrentes da mesma e ainda contribuir para a pacificação do conflito ocorrido na sequência do comportamento delituoso.

A nível dos julgados de paz, encontra-se institucionalizada a mediação.

Só haverá, porém, mediação se nenhuma das partes a recusar, tendo lugar a pré-mediação para aquilatar da vontade das partes. Se nenhuma das partes rejeitar a mediação, esta terá lugar, após os articulados.

Tratando-se de litígio da competência dos julgados de paz, se as partes chegarem a acordo, será o mesmo homologado pelo juiz de paz, tendo valor de sentença. Caso não tenha sido obtido acordo será tentada a conciliação pelo juiz de paz e, frustrando-se esta, será realizado o julgamento.

Como muito relevante no sentido da incrementação e desenvolvimento da mediação deve destacar-se o facto do art. 16, da referida Lei n.º 78/01, prever que a mediação possa ocorrer mesmo em litígios excluídos da competência dos julgados de paz, salvo em matérias que versem sobre direitos indisponíveis.

O regime da mediação laboral que entrou recentemente em vigor resultou de um *Protocolo* promovido pelo Ministério da Justiça, tendo sido assinado pelas Confederações Patronais e Sindicais.

Por via desse protocolo estão abrangidos os *litígios laborais individuais*, com excepção dos relativos aos acidentes de trabalho e a direitos indisponíveis. Importa não esquecer que os conflitos colectivos de trabalho estão sujeitos, por seu turno, à conciliação, mediação e arbitragem, previstos no Código do Trabalho (artigos 582º a 590º).

A mediação laboral funcionará através de um *Ponto de Contacto* (Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, dependente do Ministério da Justiça) e de um corpo de mediadores de conflitos, especialistas em matéria laboral. O limite temporal é de três meses para a media-

¹ Art. 147º-D, do DL n.º 314/78, de 27 de Outubro, actual redacção.

² Cfr. Artigos 42º, 84º e 85º e 104º, n.º 2, alínea b), da mencionada Lei n.º 166/99.

ção, que pode ser prorrogado por acordo entre as partes.

Os efeitos do acordo obtido através da mediação não ficam sujeitos a qualquer intervenção judicial, tendo esse acordo força executiva.

2. O que está em vias de existir.

Dando cumprimento à Decisão Quadro do Conselho de Ministros de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal, que determinou aos Estados membros a promoção da mediação no âmbito do processo penal, em Portugal a mediação penal encontra-se em fase de Proposta de Lei do Governo a ser discutida na Assembleia da República, no primeiro trimestre deste ano.

Prevê-se a aplicabilidade da mediação penal a todos os crimes particulares e a crimes semi-públicos, contra as pessoas e contra o património, desde que puníveis com prisão não superior a cinco anos ou em que não seja aplicável pena de prisão.

Está excluída a mediação no âmbito dos crimes sexuais, quando o ofendido seja menor de 16 anos ou pessoa colectiva ou quando esteja em causa crime contra liberdade, crime de peculato, de corrupção e tráfico de influências e nos casos em que seja aplicável a forma de processo especial sumária ou sumaríssima.

É o Ministério Público que durante o inquérito, se tiverem sido recolhidos os indícios suficientes, prática de crime e ser o arguido o seu agente, que remete o processo para mediação. Caso se obtenha acordo, a assinatura deste equivale a desistência de queixa e à não oposição por parte do arguido.

O acordo não pode incluir sanções privativas da liberdade ou deveres que ofendam a dignidade do arguido ou cujo cumprimento se prolongue por mais de seis meses.

A desistência de queixa é homologada pelo Ministério Público.

A mediação penal surge, assim, como uma algo de novo no seio de sistema penal, fazendo-se apelo à participação da vítima, numa perspectiva de justiça restaurativa e não punitiva, constituindo objectivos da justiça restaurativa -

compensar em vez de castigar, *reintegrar* em vez de excluir, *mediar* em vez de impor ou, como também costuma ser assinalado, através dos 3 Rs - *responsabilizar, ressocializar e reparar*.

De notar que, no caso de o arguido e ofendido não chegarem a acordo por via da mediação, esse facto não constitui princípio de culpa ou de presunção para efeitos de apreciação da prova em julgamento. E o mediador não pode ser testemunha.

3. O que seria desejável existisse.

Em traços largos. O novo modelo de administração da justiça constituído pelos meios extrajudiciais deve ser um modelo integrado e convenientemente articulado com o sistema judicial.

O sistema de mediação em Portugal, embora com as especificidades que decorrem da respectiva área onde se aplica, não representa, porém, um todo coerente.

A *mediação laboral* está totalmente divorciada do sistema judicial sem que se vislumbre motivo para tal. Face à natureza dos interesses em presença, a participação do juiz através da homologação judicial creio que se impõe, pois ao invés de *menorizar* as partes, como parece suposto, reforça a sua legitimação e assegura a realização de um acordo equilibrado numa relação por si própria estruturalmente desigual como é a relação laboral.

A *mediação penal* encontra-se projectada de forma tímida, pois deveria ser susceptível de abarcar qualquer fase do processo penal como resulta da Lei-Quadro da União Europeia de 15.03.2001, sem que tenham sido apresentados motivos para que tal não ocorra. Na mediação penal rejeita-se a figura do juiz sem qualquer justificação. É um dado cultural que a intervenção do juiz ainda que homologatória³ é sentida pelas partes, como outros já disseram, como "uma cobertura de legalidade, de afirmação e reconhecimento dos direitos violados e da obrigatoriedade do cumprimento dos deveres acordados".

A *cooperação* que se desenvolve entre o sistema de judicial e a mediação e resulta do previsto na Lei Tutelar Educativa e, futuramente, da mediação penal de adultos, deveria ser alargado a outras

áreas, designadamente, em sede civil e laboral, no sentido de os resultados da mediação serem avaliados e valorados pelo magistrado judicial.

Desejável seria também a consagração do *recurso facultativo* à mediação em sede do Código de Processo Civil, como diploma adjectivo paradigmático, a solicitar pelas partes ou a determinar pelo juiz em qualquer fase do processo (sempre com a anuência das partes), devendo o acordo obtido em sede de mediação, caso as partes o requeressem, ser sujeito a homologação judicial, numa perspectiva de *complementaridade* entre os meios extrajudiciais e o sistema judicial.

Os meios extra-judiciais, em particular a mediação, constituindo instrumentos relativamente recentes entre nós, contêm enormes virtualidades, impondo-se a sua divulgação, aprofundamento e extensão a outras áreas.

As técnicas de comunicação utilizadas na mediação deverão também ser estudadas pelos magistrados, como forma de melhor realizarem as suas funções, designadamente, na conciliação e no julgamento onde saber comunicar é essencial.

Competente e continuada formação deve ser exigida aos mediadores e aos diversos operadores judiciários.

4. Síntese.

A justiça é um fenómeno social e um bem que deve estar ao alcance de todos, cabendo aos cidadãos escolher o meio de a atingir.

Os meios extrajudiciais, mais do que alternativos, ser *integrados* no sistema de justiça, composto também pelo sistema judicial. E, como não há compartimentos estanques, o verdadeiro sucesso ou fracasso de um deles será o sucesso ou fracasso do outro.

Impõe-se, por isso:

Trabalhar em harmonia, com respeito pelas competências de uns de outros, deixando de lado os preconceitos e dando o melhor de nós de próprios para melhor servir os nossos concidadãos, que são ao fim e ao cabo, a *fonte* da nossa legitimidade.

Albertina Pereira

Juíza Desembargadora Auxiliar

Mediação no próximo número serão publicados textos de:

Juiz Conselheiro Cardona Ferreira
Raul Esteves - Juiz de Direito

³ A homologação judicial não significa uma mera chancela!

UM OLHAR SOBRE NÓS

Por mais de uma vez ouvi o Dr. Laborinho Lúcio, quer como director do CEJ quer em funções governativas, dizer, quando interpelado para o “problema” da excessiva juventude dos juizes, que, se isso pudesse ser considerado um defeito, era o único que passava com a idade. Infelizmente, nem todos os legisladores primam pela sensatez, e eis que, para calar as vozes críticas e dar um aspecto (exterior) mais respeitável aos juizes, se resolveu introduzir a extraordinária (por absurda) regra dos dois anos de espera entre o final da universidade e o ingresso no CEJ.

Com tal regra esperava-se, certamente, que, sendo dois anos mais velhos, os magistrados se revestissem de outra credibilidade face às tais vozes críticas, e aos olhares que resolveram voltar-se para o exercício do poder judicial, chegando ao ridículo de sindicar maneiras de vestir, vida privada e hábitos de lazer. Não sei se essas vozes ficaram satisfeitas com a restrição imposta aos jovens licenciados, embora desconfie que terão encontrado outros bodes expiatórios para os defeitos do sistema; porém, tenho a certeza que tal medida trouxe, de longe, maiores desvantagens para a magistratura e para os destinatários das suas decisões, ou seja, todos nós do que beneficia. Aliás, não sou só eu a pensar assim, ou não estaria prevista a revogação desta regra no âmbito do Pacto para a Justiça.

Quando se termina o curso de Direito, ficaram para trás, pelo menos, 17 anos de vida académica, e espera-se, como qualquer outro estudante, obter um trabalho compatível com as habilitações. Como fazer entender a alguém que tem por objectivo ser juiz que, afinal, o sistema não o considera pronto, e acha que ele deve permanecer dois anos em “banho-maria” para, supostamente, aperfeiçoar o seu carácter de forma a poder ser magistrado? De outra questão não se trata, já que não se exige preparação académica suplementar, nem experiência profissional a qualquer outro nível; apenas que amadureça, como se

fosse um fruto antes da sua época.

Claro que o primeiro efeito, cujo alcance nunca se poderá medir, foi a sangria de pessoas válidas, dotadas de jeito para a função e academicamente bem classificadas. É que, apesar da grande crise no mercado de trabalho, é evidente que dois anos são suficientes para um jovem em princípio de carreira ser “pescado” para outros voos, nomeadamente na advocacia e ao nível empresarial; e, além de não ser lógico que o aspirante a magistrado fique no limbo durante esse período, sem nada fazer, sem ganhar a vida e à custa dos pais, também não me parece normal que, depois de ter iniciado uma outra carreira, se lembre de, passados dois anos, começar tudo de novo, voltando a sujeitar-se ao escrutínio de professores e de formadores.

Quem sobrou, afinal, para ser juiz? Ou os especialmente tenazes (e com meios de vida, próprios ou alheios, que lhes permitiram a espera) ou aqueles que, nesse período, não conseguiram ingressar em qualquer carreira em que o curso lhes seja útil. Ora, isso significa, desde logo, uma drástica redução de qualidade nos candidatos ao CEJ, e, por tabela, nos magistrados que dele saem.

Devo, no entanto, esclarecer que não me refiro, sobretudo, à qualidade técnica: não só porque me parece que, ao longo de todo o percurso, as universidades e o CEJ se encarregam de a melhorar, mas também porque sempre achei que o Direito se aprende sem dificuldade e, também, ao longo do seu exercício. Mais grave me parece a desadequação que alguns novos magistrados revelam face à natureza da função, que encaram, sobretudo, como um emprego igual a qualquer outro.

Ora, dessa postura derivam vários males, que afectam o exercício da magistratura, quer em relação aos demais colegas, advogados e funcionários, quer o mais importante em relação ao cidadão.

É certo que nenhuma função deve implicar uma total inexistência, ou a grave afectação, da vida pessoal do próprio; . E,



aliás, num juiz isso acaba por se revelar extraordinariamente perigoso, uma vez que o isola do mundo, dificultando-lhe a compreensão da sociedade que o rodeia, onde é chamado a intervir todos os dias. No entanto, e há que o dizer claramente, não se pense que se pode ser juiz sem razoáveis sacrifícios de tempo pessoal, sobretudo no início da carreira. E, também, à falta de medidas concretas de contingência processual (que, pessoalmente, me continuam a levantar sérias dúvidas quanto à sua exequibilidade), não se tenha a ilusão de, por entender que nessa semana ou nesse mês já se fizeram saneadores ou sentenças suficientes, os restantes processos continuem à espera pelo tempo que apraz ao magistrado. É que, para além de não ser um tipo de trabalho com horário (circunstância que é muitas vezes lembrada para nos acusar de não produzir, mas facilmente esquecida quando se trata do trabalho desenvolvido fora das horas de funcionamento da secretaria), os interesses em causa não permitem que se desligue o computador ou se pouse a caneta todos os dias à mesma hora: por trás de todos aqueles papéis há pessoas à espera de ver o seu problema resolvido, e para as quais o recurso aos tribunais constitui o fim da linha. Não se trata só de despachar processos, mas de exercer uma função que (ainda) faz parte dos três poderes basilares de um Estado democrático.

Não posso também deixar de referir o que me parece ser outro efeito perverso da referida regra, talvez a par com outras causas, quer a nível de ensino quer na sociedade em geral: o esquecimento de que a função judicial é, sobretudo, uma

responsabilidade (que, obviamente, implica poder), e não o exercício gratuito de uma autocracia. É de meridiana clareza que, na vida quotidiana, todos nós gostamos de ser tratados pelos outros com urbanidade e um mínimo de civilidade, qualquer que seja a educação que recebemos; por isso, parece-me especialmente grave que um juiz tenha a ousadia de, por exemplo, maltratar verbalmente advogados ou testemunhas, ou fazer do processo um campo de batalha, com incessante troca de galhardetes. Claro que, quer na direcção da audiência, quer nas peças processuais, lhe é devido respeito, mas este ser-lhe-á certamente prestado se for ele o primeiro a demonstrá-lo em relação aos restantes intervenientes.

Infelizmente, e embora consciente de que não é o caso da maior parte de nós, ouvem-se, mais do que seria desejável, ecos de exercício gratuito de autoritarismo por parte de juizes, que certamente se esqueceram de ter optado por prestar um serviço público, e encaram o tribunal como a sua coutada pessoal. Claro que, -

nessa atitude de prepotência, abrangem colegas, advogados, funcionários e cidadãos que recorrem a juízo, e que esperam uma equidistância e um trato próprios de um órgão de Estado: é muito mais do que uma troca entre o utente/pagador e o profissional trata-se do exercício de uma função que deve dignificar os envolvidos, porque só assim se contribui para o prestígio e o bom funcionamento do Estado de Direito. Pode parecer pouco: dirão que o que interessa é uma boa decisão, devidamente fundamentada; no entanto, contraponho que a melhor decisão pode ser deitada por terra se no decurso do processo se tiverem tomado atitudes gratuitas de pequenas tiranias, enquanto uma decisão acertada, mas mediana na sua fundamentação ou no seu acervo de conceitos jurídicos, é muito melhor aceite quando o trato, directo e indirecto (através do processo), entre todos os intervenientes se pautar pela razoabilidade e respeito mútuos.

Acresce que essas atitudes nada têm a ver com a idade: os colegas que as tomam

aos 30 continuarão a fazê-lo aos 40 ou aos 50, se os deixarem, semeando desconfianças, discórdias e mal-entendidos. E isso é tanto mais paradoxal se pensarmos que o nosso papel é resolver conflitos, e não ser a sua fonte.

Claro que, a par da revogação da norma que obrigava à espera, não se deve perder de vista a estruturação da carreira, de forma a permitir que quem acaba o estágio seja colocado em comarcas pequenas, ou em lugares cujos litígios sejam de menor complexidade. É aí, com aquilo que parecem ser pequenas causas, que se aprende mais, e que se acumulam experiências para mais tarde as usar nos tribunais maiores; é também aí que podemos estar mais atentos aos nossos erros, e usufruir do que os colegas mais velhos já aprenderam antes de nós. Só assim poderemos ser melhores juizes, servindo os cidadãos e dignificando a função, nestes tempos em que esses não parecem ser os interesses dos demais poderes do Estado.

Cristina Xavier da Fonseca
Juíza de Direito

Votos por Correspondência



ENVIO DE REGISTO COLECTIVO



COLOCAR QUALQUER DIZER OU MENÇÃO EXTERIOR NO PRIMEIRO ENVELOPE



REMETA POR CORREIO REGISTADO



PREENCHER O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO AUTENTICADO COM SELO BRANCO



À CAUTELA, TENDO EM ATENÇÃO O EVENTUAL ATRASO NA DISTRIBUIÇÃO DO CORREIO, ENVIE O VOTO ATÉ 23 DE FEVEREIRO DE 2007.

PARA MAIS INFORMAÇÃO CONSULTAR A PÁGINA 21

O SENHOR DOS ANÉIS

“para uma magistratura de compromisso, ao menos, com o poder da honra e dos valores ...”

Ponto um

O título deste brevíssimo comentário acentua desde logo uma referência a uma imagem de compromisso que tarde ou cedo, todos devemos (ou deveríamos) assumir.

De certa forma, nele perpassa, porém, uma irónica mas bem intencionada provocação que certamente, assim o espero com algum risco de ingenuidade assumido, encontre alguma também bem intencionada benevolência na censura daqueles que porventura possam não lhe achar muita piada institucional, ainda por cima vindo de quem vem.

Pouco importa afinal. O arguido não se julga incómodo, arrepende-se com facilidade e nem sequer tem antecedentes. Mas, como vivemos num mundo sem heróis de jeito e as metáforas vêm sempre a calhar, não gostaria de correr os riscos da praxe e ficar logo sem os leitores no primeiro parágrafo da peça.

A verdade é que não citei (nem o irei fazer), acórdãos ou doutrinadores de gabarito para encher a prosa. Seguramente perdia logo o interesse (caso existisse) e até que era merecido.

Cometida esta inconstitucional travessura (será um sinal dos tempos?) para melhor garantir a leitura do “embrulho” e fugir um pouco a dez dedos da “tradicional seriedade sisuda e pacóvia”, que a maior parte das vezes só nos faz ainda mais desajeitados e antipáticos, apesar da caução de boa conduta e lavada imagem que as cultivadas modéstias do dia a dia e segmentos de alguma história das becas teimam em nos livrar da vida real, lembrei-me (quem sabe se apenas por mera negligente distração) mas nem a propósito, que os “anéis” e os “compromissos” não são coisas assim tão diferentes umas das outras que, na magistratura, se distingam no uso e respeito sempre e só em função da ocasião.

Estamos em época de eleições e, quer

uns quer outros, aí vêm em força e em todo o seu esplendor.

Ainda que nos seduzam, continuarão lavando almas de muita gente se acreditarmos na sua bondade e justeza. Mas há que cuidar sobretudo daqueles (os compromissos) cujo significado simbólico se entrecruza na teia de uma utopia ainda realizável com a fé de um amanhã bem perto que nos surpreenda e nos recupere aquele já quase perdido sentimento de honra e respeito que, afinal, é o que nos distingue (à função) muito acima e para além dos funcionários de manga de alpaca.

Mas adiante. Deixemo-nos agora de conversa. O que vem a calhar é grave assunto de Estado ou por causa dele.

Servia isto apenas para ganhar coragem de dizer aquilo que cabeças bem pensantes de alguns teimosa e discretamente se recusam a divulgar, não vá cair-lhes alguma réstia de sábio cabelo que devesse sobrar para o martírio dos processos mas que, enquanto ocupados doutrinadamente na penitência da humildade e do estóico cansaço, vão deixando para outros mais raposeiros e de outras lides, talvez mais argutos, o dourado da fotografia na montra mais o recheio do armazém delapidadamente deliciados perante a monumental distração penitente.

Feita a digestão do naco da entrada de prosa acabada de refogar, passemos então ao prato principal. Tomadas as pastilhas da úlcera vamos a ver se corre bem.

A questão que me ocorre neste devaneio tem só a ver com a felicidade dos colegas (e a minha também, é claro!)

É que vamos ter eleições para uma “entidade” que nos “observa” no que fazemos ou não fazemos, durante renovados três anos, e tem o “poder” de tornar mais “felizes” algumas almas mais carentes, com umas pitadas processuais de mérito ou então nuns desgraçados incompreendidos para o resto da vida se lhes der o azar de apanhar o vento de lado



e o barco a meter água.

Mas convenhamos. Trata-se de assunto bem sério e obrigatória quer a penitente reflexão quer o traçar-lhe um destino de pés bem assentes que a caminhada será longa e extenuante.

Por isso que apenas algumas ideias para assentar arraias importa agora atrever-me a lembrar.

Ponto dois

Mais do que explicar longos temas de Estado ou as “novas técnicas de sobrevivência para uma magistratura do séc. XXI”, neste breve e humorado artigo da circunstância talvez não fique descabido vir à ribalta dizer apenas, mas assumidamente, que:

- a) vamos votar de novo e em breve para eleições dos nossos pares no CSM
- b) alguns de nós estão decididamente indecisos.
- c) alguns de nós estão decididamente desanimados.
- d) alguns de nós estão indecisos na sua decisão...
- e) outros estarão ainda a perguntar para que servem estas eleições...

Como a jurisprudência dos casos controvertidos, há sabores para todos os gostos.

E, como juízes que *ainda* somos ou queremos *ainda* parecer que somos (a comparação com a mulher do tal sempre me pareceu um bocado (e) feminista e redutora), parece que mais uma vez,

enquanto uns se põem a milhas (deve ser por desânimo) e outros nunca se com-prometem (deve ser por defeito de pro-fissão), outros ainda teimam em andar para aqui a deixar umas lecas de prosa na vã tentativa de manter alguma utopia, porque nestas coisas de justiça e de ver-dade já muito que se diga de pouco ou nada parece que serve.

Teimosamente, porém, recuso-me (e *que Deus, se por aí andar, me perdoe a insistência*) a baixar a guarda e a deixar o peito a descoberto, pois de modesto guardião de leis e valores me convenci há uns bons 24 anos a seguir de vocação e, já agora que gastei tamanho tempo, convém dar-lhes algum proveito e virtude, por pouco que tenham ou mereçam.

Desta feita, e porque não cabe aqui descobrir a pólvora nem explicá-la detalhadamente na sua química, importa pois assinalar dois grande momentos daquela teimosa utopia.

Um, o do sagrado direito ao canso, também das ideias, e a ver reflectir em quem e de quem em nós ainda pode mandar alguma coisa, que perceba de uma vez por todas, que isto de eleições é um compromisso sério, que não pode usar “anéis” de uma só deslavada cor toda a santa vida, sob pena de (des) agradar a uns primeiro e a outros de seguida. A saga da justiça é tarefa de todos, ainda que alguns a prossigam melhor (ou pior) do que outros.

E é por isso que, para quem anda nisto de coração, não veja morrer em vão, por cansaço, aquela teimosa utopia, por nunca se levar a sério a contingência de processos, assumidamente corolário de uma boa assessoria aos juízes (que nunca existiu em dimensão alargada às Relações e à 1ª instância) e da sua inevitável repercussão na gestão dos pressupostos de avaliação que se pretendem de *mérito* e não de *quantidade*.

Não sou contra inspecções nem a favor delas, sem mais. Sou a favor, isso sim, da criação de regras segundo as quais todos sejam avaliados (ou avaliáveis) de acordo com pressupostos iguais. E sou a

favor de que não haja quem tenha mérito por melhor preparação física que de com-petência. E, também, que os juízes vejam no CSM uma instância de gestão com racional excelência mas baseada na peda-gogia e que apoie sem reservas mentais uma reformulação inspectiva que passe por profundas alterações decorrentes da densificação de critérios que permitam aos juízes saber, de uma vez por todas, se trabalhar 10 ou mais horas por dia nos tri-bunais é útil, necessário, admissível, ainda que isso possa significar por vezes menos competência, disritmias com a vida ou dislates familiares e psicológicos de recuperação impossível.

Um segundo momento, terá já a ver com os critérios de selecção de quem nos avalia.

Interrogo-me, por exemplo, se fará sentido a selecção de pessoas para avaliarem outras, seus pares, que se permitam poder vir a, displicentemente, pensar em surdina, outras vezes nem tanto, barbaridades tais como a de os tribunais estarem mal porque mulheres juízas também engravidam logo deixam os processos atrasados... num verdadeiro arremedo de diagnóstico que faria corar qualquer observador da justiça mais sério!

Ora, um CSM que se permita mostrar-se aos juízes sem outra postura e sem uma diferente ética que não esta, não pode obviamente servir os interesses de Estado que lhe são cometidos.

Sabe-se que a tarefa é por demais difícil. Mas parece que até hoje os que de boa vontade por lá foram passando viram gorados esforços, cansaram depressa ou não tiveram o apoio almejado... ou mesmo lhes faltou melhor estratégia!

Bom, não se pretende aqui cair na crítica fácil ou lamentativa nem atingir pessoas seja qual for o lado onde se encontrem ou as ideias que defendam. Mas é tempo, de uma vez por todas, de pensarmos se queremos mais do mesmo, se queremos um CSM feito de um enorme vazio de poder (e de Lei Orgânica durante tanto tempo) que se reflecte apenas nas eternas inspecções ou se

apoiente (no mandato e não apenas na campanha para a eleição) de critérios de contingência e de avaliação de mérito que mostrem, afinal, que o Senhor dos Anéis, na metáfora que usei, não passa de uma quimera, de um velho do Restelo ou de um Adamastor mal engendrado.

Ponto Final

Pois é. Aqui chegado, há que decidir. Duas listas de gente séria se confrontam. De gente que tem a seriedade e a competência como valores inatacáveis. Que, bem ou menos bem, acredita no que dizem e no que fazem. Mas há que fazer opções, *primus inter primus*.

Há que escolher de entre os melhores, os melhores. E os melhores, neste caso, serão aqueles que, em minha opinião, garantem agora que, na altura certa, saberão ter aquela postura de Estado exigida aos vogais do CSM e, sem nunca dela prescindirem ou hipotecarem pelo mero prestígio, saberão defender aquilo que prometem. Seja quem for que seja eleito, espera-se que honre os compromissos assumidos. E que nunca por nunca soçobre perante a quimera, à procura de qualquer anel perdido...!

A campanha eleitoral pressupõe (ou nunca a dispensou?) uma discussão de ética, não apenas de ética *na* mas também *da* ética da magistratura.

E ela já não é apenas a da Justiça, mas antes e também a da ética do cuidado, seu novo e mais recente paradigma.

Não podemos esquecer, afinal, que a reflexão ética do Ocidente, herdada dos gregos, passando por Tomás de Aquino, Kant e culminando em Habermas, foi marcadamente masculina. Centrava-se na autonomia do indivíduo, portador de direitos e deveres, tendo como eixo estruturante a imparcialidade da justiça.

Esta ética alcançou uma dimensão irrenunciável, tanto no aspecto interpessoal como no social, mas nela houve um empobrecimento da experiência humana já que não incluiu como devia e merecia, por exemplo, a contribuição das mulheres em sectores fundamentais como o da administração

Como dizia algures Leonardo Boff (<http://servicioskoinonia.org/boff/>) "... É por atender ao cuidado que aquelas estão, por natureza, mais próximas do mistério da vida, são por natureza mais cooperativas, tecem mais adequadamente redes de relações afectivas, familiares e comunitárias, alimentam a preocupação pelos outros e tomam em consideração as debilidades humanas e os processos de desenvolvimento, pouco contemplados pela ética da justiça. Para que a vida humana funcione não basta que haja igualdade de direitos e deveres e que uns e outros sejam observados. Necessita ela também do cuidado, pois todo o ser vivo

deseja e necessita ser cuidado, e quase todos nós sentimos naturalmente o impulso de cuidar. Daí a solidariedade, a coresponsabilidade e a compaixão, como irradiação do cuidado. "

Realizar o poder é pôr em prática a justiça. A justiça é hoje feita por homens e muito mais mulheres. A organização do trabalho não prescinde de quem quer que seja e a avaliação do mérito não pode ser canja para uns e ossos para outros.

É por isso que eleger, é dar poder e este serve ou devia servir apenas para estar ao serviço das melhores ideias. Com juízes e juízas. Sem preconceitos. E, já agora, se não for pedir muito, com uma

dose q.b. de quociente emocional.

E esse será em meu entender, o melhor critério para julgar os projectos de quaisquer candidatos.

Vença quem vencer, desejo-lhes boa sorte, uma dose incomensurável de paciência e sobretudo uma boa memória do que agora dizem. Daqui a três anos, muitos se lembrarão.

E destes, esperemos que só o façam pelas melhores das razões.

AGOSTINHO SOARES TORRES
(Juiz Desembargador no Trib. da
Relação de Lisboa)

Lista de proponentes

Na qualidade de eleitores, para os efeitos previstos no artigo 141º n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais, subscreveram a lista encabeçada pelo Juiz Conselheiro Adelino César Vasques Dinis, os seguintes magistrados judiciais:

José Manuel Borges Soeiro - Juiz Conselheiro
Mário Manuel Pereira - Juiz Conselheiro

Arlindo Teixeira Pinto - Relação do Porto
David Pinto Monteiro - Relação do Porto
José João Teixeira Coelho Vieira - Relação do Porto
António Ferreira Ramos - Relação do Porto
Artur da Silva Oliveira - Relação do Porto
Olga Santos Maurício - Relação do Porto
Maria Elisa Silva Marques Matos Silva - Relação do Porto
Albertina Dolores Nunes Aveiro Pereira - Relação do Porto

António Alberto Rodrigues Ribeiro - Relação de Guimarães
Maria Teresa Leão Melo Albuquerque - Relação de Guimarães
Teresa Jesus Ribeiro de Sousa Henriques - Relação de Guimarães
José Carlos P. de Oliveira Costa - Relação de Guimarães
José Miguel Pereira da Rocha - Relação de Guimarães
António José Moura de Magalhães - Relação de Guimarães
M.ª da Conceição Ribeiro da Cruz Bucho - Relação de Guimarães
Carlos Manuel R. de Carvalho Guerra - Relação de Guimarães
Joaquim Luís Espinheiro Baltar - Relação de Guimarães
Amílcar José Marques Andrade - Relação de Guimarães
António da Silva Gonçalves - Relação de Guimarães
António Fernando Gomes da Silva - Relação de Guimarães

Luís Miguel F. de Azevedo Mendes - Relação de Coimbra
António Barateiro Martins - Relação de Coimbra

Maria José Mouro Marques da Silva - Relação de Lisboa
Agostinho Soares Torres - Relação de Lisboa
José Miguel Vieira Lamim - Relação de Lisboa
José Manuel da Purificação S. de Carvalho - Relação de Lisboa
João Martinho de Sousa Cardoso - Relação de Lisboa
Marcos António Cabrita Santos Rita - Relação de Lisboa
M.ª Margarida Blasco M. Teles de Abreu - Relação de Lisboa
M.ª Margarida Trovão Bancelar Alves - Relação de Lisboa

António Domingos Pires Robalo - Relação de Évora
Alberto António Moreira Mira - Relação de Évora
Alberto João Borges - Relação de Évora
António João Casebre Latas - Relação de Évora
João Henrique Gomes de Sousa - Relação de Évora

Miguel Baldaia Correia de Moraes - 6ª Vara Cível do Porto
Ana Carina Travassos Garcia Bastos - 3º Juízo Criminal de Matosinhos
Luís Miguel Vaz da Fonseca Martins - Círculo de Santa Maria da Feira
Narciso Magalhães Rodrigues - Círculo Judicial de Paredes
Paula Alexandra da Silva Cardoso - Círculo de Vila Nova de Famalicão
Rita F. Figueiredo e Castro M. Soares - 4º Jz Cível de Viana do Castelo
Susana Pinto Santos Silva - 1º Juízo de Penafiel
Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira - 4º Juízo Cível de Barcelos

Joaquim José Felizardo Paiva - Tribunal de Trabalho da Covilhã
Paulo Eduardo Cristão Correia - Vara Mista de Coimbra
Maria José Monteiro Guerra - Círculo de Viseu
Nelson Nunes Fernandes - Círculo de Pombal
José António Mouraz Lopes - TEP Coimbra
Filipe César Vilarinho Marques - Bolsa de Coimbra (Círculo de Pombal)

M.ª da Conceição Soares de Albergaria Saavedra - 3º Juízo Cível de Oeiras
Ana de Lourdes Garrancho da Costa Paramés - Varas Criminais de Lisboa
Amélia M.ª dos Reis Catarino Correia de Almeida - Varas Cíveis de Lisboa
Ana Isabel de Azeredo R. Coelho Fernandes Silva - Varas Mistas de Sintra
Paulo Duarte Barreto Ferreira - Varas Mistas do Funchal
José Francisco Moreira das Neves - Círculo de Ponta Delgada
Elisabete Moreira da Silva - Tribunal de São Vicente

Maria José Sebastião Cortes Caçador - Círculo de Santarém
António Manuel Charneca Condesso - Círculo de Évora
Luís José Cardoso Ribeiro - Varas Mistas de Setúbal
Francisco José Rodrigues de Matos - Tribunal de Trabalho de Portalegre
João Ricardo Carvalho Carreira - Tribunal de Estremoz
M.ª Helena Ferreira dos Santos Pinto - Tribunal de Trabalho de Beja
Bruno Jorge G. Coelho de Oliveira Pinto - 2º Juízo Cível de Portimão
Pedro Filipe Gama da Silva - Niza/Castelo de Vide

MATÉRIA PROVADA

Restaurantes e Vinhos

REGRESSO À LINHA



Há uns anos atrás, a perspectiva de marcar mesa na Linha de Cascais não era propriamente das mais exaltantes. As opções passavam pela cozinha tradicional (*Petit, Os Arcos*), com algumas ambições cosmopolitas (*Mónaco, late Ben, English Bar, Albatroz*), mas algo presas aos produtos da lota (*Saisa, Toscano, Beira Mar, Porto de Santa Maria*). Na última década surgiram novas propostas tanto na cozinha regional (*O Orelhas, O Pereira*), como internacional (*La Cocagne, Novo Altair, Meson Andaluz*), mas terá sido a partir da abertura *Cervejaria Lusitana*, em Carnaxide, com *Vitor Sobral* ao comando dos fogões, que a cozinha criativa assentou praça na Linha de Cascais.

Para além do restaurante *Fortaleza do Guincho* (distinguido com uma estrela *Michelin*) e do *Mandarim* (o altar nacional da cozinha chinesa), apraz registar o surgimento de mesas como as do *Albapólvora*, da *Casa Galega*, do *Rio's*, da *Petisqueira do Gould*, do *100 Maneiras* (de Ljubomir Stanisic), do *Melting Pot* (Rui Fialho) e do entretanto defunto *Xtoril* (sob o comando de Vitor Claro, hoje a officinar no *Degusto*).

A abertura da *Casa da Dízima*, em Maio de 2003, num edifício histórico de *Paço de Arcos*, mesmo junto à marginal, inscreve-se nessa dinâmica de renovação da oferta restaurativa. Instalado numa casa do Século XV, onde era cobrada para os cofres reais a décima parte da mercadoria descarregada no porto, o restaurante é um exemplo acabado da forma como um lugar histórico pode ser posto

ao serviço de um projecto gastronómico contemporâneo. Preservou-se o revestimento das paredes e das abóbadas, em tijolo cru, ao passo que os soalhos foram revestidos a pedra de lioz. O mobiliário, em madeira de teca, é de linhas depuradas, com as mesas amplas cobertas por toalhetes individuais que deixam “respirar” a madeira.

O serviço de copos *Spiegelau* confirma a atenção que é dada à garrafeira. As temperaturas de serviço são rigorosamente controladas e a oferta de vinhos a copo é exemplar, com cerca de 20 propostas que não se confinam aos habituais “vinhos de combate”. E atenção à lista “gourmet” que integra *Carcavelos, Moscatéis, Madeiras, Icewines* e cerca de dezena e meia de *Vinhos do Porto* escolhidos a dedo, para além de um sortido fino de digestivos e diversos tipos de chá e café.

A carta integra uma ampla paleta de pratos inspirados na cozinha tradicional portuguesa, mas com lances de reengenharia que fazem apelo a técnicas de fusão e a novos conceitos de arquitectura na montagem dos pratos. Para além da ementa principal cuja originalidade não obsta à necessidade da sua renovação periódica há uma lista de pratos mais ligeiros servidos num terraço com vista sobre o Mar da Palha. Conte ainda com menus de degustação com vinhos incluídos.

No nosso caso seguimos a opção degustativa, encetada com uma *Pêra recheada com Queijo da Serra da Estrela*: a tradicional pêra bêbada, preparada em calda

Restaurantes



de vinho tinto, com o recheio cremoso de um Serra cumpridor. Apesar da afinidade das texturas (um crocante de frutos secos talvez cortasse essa sensação plana), resultou airosa a contraposição dos sabores adocicados do fruto com os toques lácteos do queijo. Para acompanhar a entrada, para não meter já um Porto ao barulho, optámos por uma *flute de Champagne Deutz Brut Reserve* de cor palha e *mousse* cremosa, nariz floral com dominantes herbáceas, sabores delicados e acidez eloquente.

A proposta do mar foi um *Cherne Sauté sobre Feijoada de Choco e Gambas*, em que o peixe celebrizado pela pena de *Alexandre O'Neil*, em posta fresquinha de cocção certa, foi desta feita seguido por uma brigada de garbosos feijões conluiados com deliciosas gambas e tenras tirinhas de choco para além de uma dispensável (por inestética) forminha de arroz. Mas aí está como se tira partido de um prato tradicional das terras ribeirinhas dos estuários do Tejo e do Sado retirando-lhe peso, somando-lhe sabores e emprestando grandeza aos produtos. A assessoria líquida foi prestada pelo *Casa de Pancas Arinto & Chardonnay*, um branco de Alenquer jovem e frutado, com uma acidez revigorante a compor a gordura do corpo.

Em tempo de caça fomos então... à capoeira capturar uma *Codorniz recheada com alheira de Mirandela* (aí se elas viessem ao mundo já assim recheadas!). Esta é uma variante do *franguinho com sabores portugueses*, tão bem interpretado por um *Vitor Sobral*, em que a textura delicada da avezita é posta em diálogo com os sabores pungentes do nosso melhor fumeiro. A versão em apreço, composta por uma peça bem marinada e muito tenra, acompanhada de grelos, espargos salteados e batatinhas estaladiças, não fugiu ao cânone e serviu

bem de lastro para a degustação do *Quinta da Leda 2000*, um tinto majestoso do Douro, com a assinatura dos produtores do mítico *Barca Velha*. No nariz revelou aromas nobres, com notas florais e *nuances* de chocolate, torrefacção, frutos negros e especiarias. Polido e educado, com taninos suaves, o vinho é um hino à elegância.

E como o tempo é de despedida, venha de lá a sobremesa sob a forma de *Parfait de moscatel com bolacha de amêndoa*. O *parfait* é um tipo de sorvete mais cremoso aromatizado com licores, vinhos, chocolate ou café. Neste caso foi o *Moscatel de Setúbal* que deu o gosto ao sorvete, cuja cremosidade jogou bem

com o contraponto crocante da bolacha, embora pudesse beneficiar com o toque de acidez de uma calda de citrinos que cortasse o excesso de açúcar. Para levar o docinho ao céu resistimos à tentação do óbvio, metendo o moscatel na gaveta, para procurar a complementaridade das amêndoas empregues na confecção da bolacha num vinho também ele amendoado. A escolha recaiu sobre o *Warre's Óptima 10 anos*, um *tawny* refrescado de aromas a frutos secos e a mel, com corpo médio e sabores meio-secos, rematados por um longo final com protagonismo para o caramelo e (lá estavam elas) as amêndoas.

No fim do jantar tomou-se um café

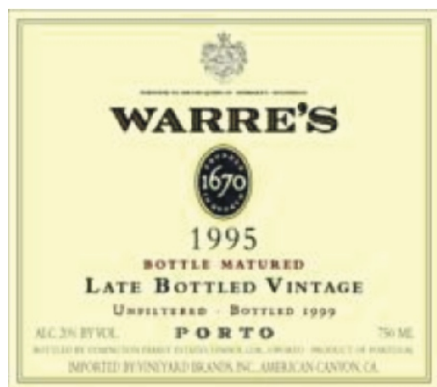
complementado por um *whisky* de malte *Macallan 18 anos*, com aromas a turfa e sabores amendoados, que convidaram a acender um *Montecristo* n.º 2 "Torpedo".

A *Casa da Dízima* conta com vinte profissionais que asseguram um serviço de categoria, na linha do que melhor se faz na nova restauração portuguesa. Se a criatividade não for dispensada e a qualidade mantida haverá motivos de sobra para regressar a este charmoso recanto da Linha de Cascais.

Restaurante Casa da Dízima
Rua Costa Pinto 17 - PAÇO DE ARCOS
Tel. 214462965

www.casadadizima.com

DOCE ESTIRPE



Santos da casa não fazem milagres. Se esta rubrica fosse editada do lado de lá do Canal da Mancha era certo e sabido que os vinhos do Porto eram os primeiros a receber honras de destaque. Para estancar a sangria de leitores que possa ser provocada por tão cerrado silêncio, aqui fica, gravado por mão penitente e veneradora, um singelo tributo a um dos melhores vinhos do mundo.

Para ilustrar a afirmação nada seria melhor do que sugerir um Vintage da Taylor's ou um Quinta da Noval Nacional, daqueles que arrancam 100 pontos na *Wine Spectator* e que custam quantias blasfemas nas melhores garrafeiras. Ou então, num registo distinto, sugerir um

tawny do princípio do século, envelhecido em casco, com um toque de amêndoa e vinagrinho. Mas lá voltava a questão do preço, a que infelizmente poucos podem deixar de ser sensíveis.

Quer isto dizer que há barreiras inultrapassáveis no acesso a bons vinhos do porto? Bom, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Quem conseguir furar as malhas da especulação, consegue lograr bons produtos, a preços amáveis, em alguns dos estilos em que se desdobra o precioso néctar. Boa parte deles concentra-se nos LBV (Late Botled Vintage), normalmente engarrafados entre 4 anos e 6 anos após a colheita.

O Warre's LBV 1995 pertence a esta família de vinhos fortificados que crescem bem em garrafa. Neste caso foram dez os anos de clausura após engarrafamento. A estirpe é das boas: a edição de 1992 fez foi vencedora de provas cegas organizadas pela *Decanter Magazine*, *Wine Spectator* e da *Revista de Vinhos*.

Mas chega de conversa que a hora é de prova. Rubi profundo na cor. Aroma especiado com sugestões de amoras, cereja em passa e *nuances* de chocolate de leite. No palato revela meio-corpo, com taninos redondos e fruta bem cons-



centrada. Final semi-doce bastante frutado. Este porto, não filtrado, é dos tais que representam «good value for money», tal são as semelhanças com um *vintage* bem envelhecido.

Na mesa há quem o meta à frente de pratos de caça. Mas a sua textura acetinada, em coligação com a sua fina doçura, fazem dele um parceiro ideal para degustar queijos azuis (*Stilton*, *Roquefort*, *Cashel Blue*) ou de pasta mole (*Serra*, *Serpa*, *Azeitão*). Pastelaria doce e frutada também rejubila com o enlace.

Mas o melhor é julgar por si mesmo, numa roda de amigos ou na amena companhia de um belo decantador.

PORTO WARRE'S LBV 95

Preço: €17 (Garrafeira de Campo de Ourique)

Por Rui Fiolhais

Meteorologia

(sol) REVISTA JÚLGAR

Merecem felicitações António Martins e José Mouraz Lopes, este na qualidade de director do novo projecto editorial e respectivas equipas de trabalho que em tempo record concretizaram uma ideia que, ao longo dos anos, se cimentou como uma promessa dos sucessivos projectos vencedores das eleições à Direcção da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e apenas agora na sequência do rumo de mudança ditado pelo último escrutínio se concretiza esse comprometimento com o lançamento da Revista Julgar.

Apesar de todos os esforços no sentido de disporem de um instrumento de divulgação de natureza paralela à da Revista do Ministério Público, os magistrados judiciais portugueses durante anos e anos ficaram prisioneiros da ausência desse meio e apenas os mais inconformados conseguiram combater essa aridez formal com a participação episódica noutras publicações privadas.

As condições para a afirmação de um estatuto reforçado de soberania passam também pela reflexão actual, crítica e exigente sobre o sistema de justiça, numa lógica de aperfeiçoamento evolutivo e o enriquecimento formativo e cultural dos magistrados judiciais é um caminho para uma atitude mais aberta e dialogante com a sociedade civil e para própria defesa da imagem pública dos juizes portugueses.

Como consta do seu Estatuto Editorial, a revista Julgar «pretende intervir activamente no debate de ideias que sustentam um sistema de justiça num Estado Democrático estruturado na separação de poderes, defendendo a independência dos Tribunais e dos juizes como pilar inalienável dessa estrutura».

Se isto por si só já constituía um benefício para todos os profissionais do direito, a circunstância da revista ter distribuição gratuita pelos associados, aliado ao facto de ser disponibilizada uma edição electrónica, significa um enorme passo de qualidade no projecto associativo dos juizes portugueses.

Para alguns, felizmente poucos, o único senão radica no facto da mesma ser propriedade da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e de em momento anterior não terem disponibilizado os seus esforços para a implementação deste tipo de projecto.

Por mim e por todos que comungam dos mesmos ideais uma só palavra: parabéns.



(nublado) AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Foi finalmente desenvolvido o processo legislativo que aprova o regime de organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura, Lei que visa dotar este órgão constitucional de autonomia administrativa e financeira, conferindo-lhe os instrumentos necessários para o cabal desempenho das suas funções, enquanto garante do princípio da independência dos juizes, contribuindo assim para que este exerça um papel mais activo na administração e gestão do corpo de magistrados judiciais.

E isto é motivo de regozijo por parte de todos os juizes portugueses.

No entanto, face à norma transitória ali incluída, essa autonomia só será implementada de facto dentro de aproximadamente três anos e o tempo de espera poderá conduzir a um aumento das atrofias do sistema.

Porém, a inovação legislativa não será a panaceia para os males de que sofrem os tribunais e os juizes, mas apenas um instrumento decisivo para a afirmação da capacidade dos juizes portugueses fazerem uma correcta e adequada gestão dos recursos que serão colocados ao seu dispor.

Em adição, é preciso não confundir autonomia administrativa e financeira com a efectiva transferência de fundos necessários à criação de um novo paradigma na gestão da justiça, porquanto, por força dos encargos adicionais agregados à mudança, a busca de novas soluções organizativas e o reforço orçamental implicam que, como ponto prévio, o poder executivo e/ou legislativo reconheça os custos financeiros que envolvem algumas destas medidas como prioritários.

Caso contrário, sem essa efectiva concessão de meios, a lei não passará de um instrumento legislativo em branco e contribuirá para o aumento das entropias, para a imagem de ineficácia da acção da justiça e para a crescente falta de credibilidade que, hoje, em parte, de forma errada, se reconhece aos operadores judiciais e estes factores negativos, a verificarem-se, apoiados numa pretensa culpa pelo não aproveitamento deste instrumento, contribuirão inevitavelmente para a retoma do discurso da deslegitimação do poder judicial e para o ataque àquilo que de forma desfocada se apregoa ser o auto-governo da magistratura.



(chuva) AS ETIQUETAS, AS COLAGENS E AS GRANDES DÚVIDAS.

A partir de 1997 e a respeito das três primeiras eleições plurais para o CSM, as cúpulas do Movimento Justiça e Democracia (MJD) apoiaram sucessivamente as candidaturas encabeçadas pelos Senhores Conselheiros Gonçalves da Costa, Noronha de Nascimento e Barros Caldeira.

Ao longo deste tempo, com excepção da candidatura em que alguns elementos do MJD integraram a lista do Senhor Conselheiro Noronha de Nascimento, momento em que as "atenções" do poder estabelecido foram dirigidas ao Senhor Conselheiro Armando Leandro, registamos na memória alguns dos inúmeros mimos com que foram presenteados os demais candidatos apoiados por nós.

A título de exemplo, quando o Senhor Conselheiro Gonçalves da Costa apresentou a sua candidatura, logo se disse e divulgou que mais não era do que uma lista de juizes encabeçada por "um obscuro" docente do CÉJ, com ligações perigosas ao Partido Comunista e, anos mais tarde, a propósito da candidatura do Senhor Conselheiro Barros Caldeira, as mesmas vozes ergueram-se mas agora para alertar que a lista era fortemente apoiada pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Popular e também pela Maçonaria e... pelo sim pelo não, dizemos nós, também se chegou a falar da Opus Dei.

Agora, que formalmente se iniciou a campanha eleitoral, aguardava-se com renovada expectativa, saber o que representava de ameaçador para os juizes a candidatura do senhor Conselheiro Vasques Dinis: a que partido estaria ligada? Que organização a patrocinava? Quais os interesses que escondia?

Enfim, o discurso melhorou e já não representamos um perigo para a democracia... Sucede que, surpreendentemente ou não, à falta de outros argumentos ou talvez por assumir discretamente a responsabilidade pelo actual estado da situação, a lista adversária considera-se como exclusiva beneficiária do património histórico e eleitoral do senhor Conselheiro Noronha de Nascimento e essa colagem é apresentada como o seu principal e quase exclusivo triunfo eleitoral.

Como não encontramos o nome do senhor conselheiro na lista de apoiantes divulgada pela candidatura chefiada pelo senhor Conselheiro Ferreira Girão, a dúvida surge: será que o senhor Presidente do STJ e do CSM está a par desta colagem?

Se não estiver, é grave porque esta apropriação da sua imagem representa uma utilização indevida do seu prestígio. Caso contrário, o que não se acredita, maior é a gravidade, porquanto a figura de referência da magistratura nacional deve manter uma postura isenta e imparcial na corrente luta eleitoral, de forma a reforçar a sua posição de líder simbólico de todos os juizes portugueses.

Por isso, a serem eleitos, tanto o Conselheiro Vasques Dinis como os restantes candidatos que integram a sua lista assumem o compromisso de defenderem de forma transparente e com dignidade a posição institucional que, por direito próprio, está confiada ao senhor Presidente do STJ e do CSM.



CABEÇA DE LISTA

vota List A

VIANA DO CASTELO
CRISTINA XAVIER DA FONSECA
Juíza de Direito

BRAGA
ISABEL PAIS MARTINS
Juíza Desembargadora

PAULO FARIA
Juiz de Direito

PORTO
ISABEL NAMORA
Juíza de Direito

AVEIRO
FRANCISCO BRIZIDA MARTINS
Juiz Desembargador

VISEU
JOSÉ EUSÉBIO DE ALMEIDA
Juiz de Direito

GUARDA
JOSÉ MANUEL C. GALO TOMÉ DE CARVALHO
Juiz de Direito

COIMBRA
CASTELO BRANCO

LEIRIA
SANTARÉM

PORTALEGRE
LISBOA

ÉVORA
ACÁCIO ANDRÉ PROENÇA
Juiz Desembargador

SETÚBAL
BEJA

FARO
ANA BACELAR
Juíza de Direito

EDGAR TABORDA LOPES
Juiz de Direito

DIOGO RAVARA
Juiz de Direito

JOSÉ M. DURO MATEUS CARDOSO
Juiz Desembargador

ARMINDO MONTEIRO
Juiz Conselheiro

ADELINO VASQUES DINIS
Juiz Conselheiro